



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

NAZARÉ SOARES DE OLIVEIRA

**A PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**Campina Grande-PB
2016**

NAZARÉ SOARES DE OLIVEIRA

**A PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo.

Campina Grande-PB
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48p Oliveira, Nazaré Soares de
A prática docente de professoras na educação do campo
[manuscrito] : desafios e perspectivas / Nazare Soares de Oliveira.
- 2016.
66 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo,
Departamento de Educação".

1. Educação do Campo 2. Prática Docente 3. Educação I.
Título.

21. ed. CDD 370.11

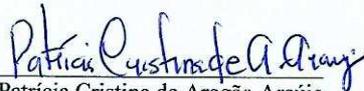
NAZARÉ SOARES DE OLIVEIRA

**A PRÁTICA DOCENTE DE PROFESSORAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO:
PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

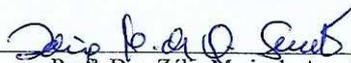
Monografia apresentada ao Departamento de
Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba
como requisito parcial à obtenção do título de
licenciada em Pedagogia.

Aprovado em 30 de maio de 2016.

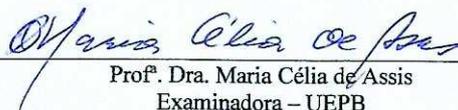
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo.
Orientadora- UEPB



Prof.ª. Dra. Zélia Maria de Arruda Santiago
Examinadora-UEPB



Prof.ª. Dra. Maria Célia de Assis
Examinadora – UEPB

**Campina Grande – PB
2016**

*Dedico este trabalho a Deus e a
minha família, que estão presente
em todos os momentos da minha
vida.*

AGRADECIMENTOS

São vários agradecimentos, pois durante esses quatro anos de curso, várias pessoas me ajudaram direta e indiretamente nesse longo caminho de desafios e dificuldades. A minha mãe, irmãos, namorado, amigos (as) de curso, colegas, vizinhos, a minha orientadora Patrícia Aragão, as professoras da banca Marica Célia, Zélia Maria, as professores das disciplinas, as professoras que contribuíram na pesquisa. Essas pessoas me ajudaram bastante no meu crescimento pessoal e profissional e entre outras. Só tenho a agradecer por vocês existirem e fazerem parte da minha vida. Jamais vou esquecer cada favor e crítica positiva que aprendi.

Obrigada por acreditar na minha pessoa!

RESUMO

O presente trabalho intitulado: “A prática docente de professoras na educação do campo: desafios e perspectivas” têm como objetivo geral problematizar a trajetória docente de professoras que atuam na educação do campo nos anos iniciais, no sentido de entender seus dilemas, perspectivas e desafios frente às questões referentes à formação continuada, a prática pedagógica, o ser mulher na educação, que norteiam o saber docente nas escolas do campo, bem como, indagar e tentar compreender os diversos problemas enfrentados pelas professoras que trabalham nas escolas do campo. Para a construção da base teórica contamos com o apoio dos estudiosos, Arroyo (2007); Neto (2009); Rosa (2011), entre outros que discutem as questões referentes à educação do campo e a ação docente, pesquisamos vários autores para fundamentar o trabalho de maneira interativa, coerente com a realidade pesquisada e também utilizamos os documentos oficiais como a LDB, DCN, PNE, que regulamentam a educação do campo. Quanto à metodologia, é uma pesquisa qualitativa explorada através do estudo de caso. Realizamos a pesquisa em duas escolas públicas: E.M. E. F. Severino Teixeira de Brito Lyra e o Grupo Escolar Pedro Honório, ambas localizadas na área rural do município Areia – PB. A entrevista e o questionário foram os instrumentos utilizados na pesquisa com as professoras que trabalham nas referidas instituições do campo. Enfim, as escolas do campo pesquisadas têm uma realidade que preocupante, principalmente por falta de infraestrutura e da construção de um projeto político pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Desafios. Perspectivas. Prática Docente.

ABSTRACT

This present work entitled: "The teaching practice of teachers education of the field: challenges and prospects" have as main objective to problematize the teaching trajectory of teachers who work in the education of the field in the early years, in order to understand their dilemmas, prospects and challenges front the questions that guide the teacher knowledge in schools of the field, as well as, acquire and try to understand the various problems faced by teachers working in schools in of the field. For the construction of the theoretical basis we have the support of scholars, Arroyo, 2007; Neto, 2009; Rosa, 2011, among others, who discuss issues relating to the education of the field and teaching activities; with official documents. We researched multiple authors to substantiate the work interactively, coherent with the reality researched and also we use the official documents as the LDB, DCN, PNE, which regulation the education of the field. As the methodology is a qualitative research through case study. We conduct research in two public schools M.S. E. F. Severino Teixeira de Brito Lyra and the school group Pedro Honorio located in the rural area of the county Areia - PB. The interview and questionnaire were the instruments used in research with the teachers who work in the referred institutions of the field. At last, the search field schools have a reality that causes preoccupation, mainly because of the infrastructure and the construction of a political pedagogical project.

KEYWORDS: Field Education. Challenges. Prospects. Teaching Practice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DO LUGAR DA INFÂNCIA À PRÁTICA DOCENTE.....	11
1.1 LEITURAS SOBRE A INFÂNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS.....	11
1.2 A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA NOS TERRITÓRIOS DA ESCOLA DO CAMPO: BREVE ABORDAGEM.....	15
1.3 OS DESAFIOS DO TRABALHO DA MULHER PROFESSORA NO CAMPO.....	21
2 A MULHER EDUCADORA NA ESCOLA DO CAMPO: PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA.....	24
2.1 O LUGAR DA MULHER PROFESSORA NA EDUCAÇÃO.....	26
2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERSPECTIVAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO FAZER EDUCATIVO FEMININO	29
2.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O CAMPO E DO CAMPO.....	34
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	38
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	38
3.2 SUJEITOS ENVOLVIDOS.....	40
3.3 LOCAL DA PESQUISA.....	41
3.4 INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	50
3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	51
4 DA FORMAÇÃO DOCENTE À PRÁTICA PEDAGÓGICA DA MULHER PROFESSORA.....	53
4.1 A FORMAÇÃO DA PROFESSORA DO CAMPO NO CONTEXTO DO CAMPO.....	53
4.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORAS E OS MODOS DE EDUCAR NA INFÂNCIA.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES.....	66

INTRODUÇÃO

A temática abordada neste trabalho consiste em enfatizarmos a prática docente de professoras na educação do campo, no qual fazemos a articulação de autores, com a realidade das escolas públicas do campo pesquisadas. Tal interação nos levou a formular um problema de pesquisa com a seguinte indagação: Como problematizar a prática docente de professoras que atuam no campo? Nesse encaixe, o objetivo geral do nosso estudo, consiste em **“problematizar a trajetória docente de professoras que atuam na educação do campo nos anos iniciais, no sentido de entender seus dilemas, suas perspectivas e seus desafios, frente às questões referentes à formação continuada, a prática pedagógica, o ser mulher na educação, que norteiam o saber docente nas escolas do campo”**. Para nortear o trabalho e a pesquisa focamos em alguns objetivos específicos tais como; identificar como as professoras veem a educação do campo; analisar como enfrentam as dificuldades e problemas do cotidiano escolar; investigar como as professoras enfrentam os desafios de sua prática.

Para compreendermos melhor, ou tentarmos encontrar alternativas acerca dos problemas da realidade das escolas do campo, entrevistamos duas professoras que trabalham nesse tipo de escola. No que se refere à teoria acerca da formação docente e a educação do campo, contamos com o apoio de autores como Arroyo (2007), Neto (2009), Rosa (2011), os documentos oficiais sobre a educação do campo e a vivência docente. Realizamos a pesquisa em duas escolas públicas do campo: a E. M. E. F. Severino Teixeira de Brito Lyra e o Grupo Escolar Pedro Honório, ambas localizadas na área rural do município de Areia – PB. A pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa, através do estudo de caso. Os instrumentos utilizados com as docentes que lecionam no campo são a entrevista e o questionário.

A nossa opção pelo tema não surgiu ao acaso, mas pelo fato do campo estar presente na nossa realidade e ser o espaço onde vivemos e refletimos sobre os problemas e desafios presentes na escola, no trabalho e na nossa própria cultura. Além do mais, consideramos uma temática relevante para o curso de Pedagogia, tendo em vista que uma grande maioria de alunos do referido curso, inclusive os oriundos do campo, desconhece a realidade do campo e das suas escolas. Igualmente, uma grande maioria das referidas escolas, por ignorância ou não, também desconhece ou ignora a problemática real com os sujeitos que vivem, estudam e trabalham no campo. Desse

modo, é preciso que a problemática educacional do campo seja enfrentada com a construção de concepções capazes de desmistificar as ideias equivocadas acerca do campo. É preciso que a escola compreenda e entenda o quanto é difícil para a comunidade do campo manter viva a sua cultura e a sua identidade sem a colaboração da educação. Enfim, a cada aprendizado novo corresponde um crescimento profissional e pessoal. E este trabalho não só enriqueceu o nosso conhecimento referente à educação do campo, mas também ampliou a nossa compreensão sobre as causas do abandono e desigualdades em relação ao setor urbano.

Organizamos o trabalho em quatro capítulos, os quais discutem as questões relacionadas à educação e ação dos professores (as) que lecionam nas instituições do campo enfatizando os vários empecilhos e problemas recorrentes.

No primeiro capítulo “Trajetória da educação do campo: do lugar da infância à prática docente” apresentamos as concepções de infância, fazendo referência a autores que discutem os aspectos históricos e sociais das crianças e depois focamos a trajetória da infância no contexto da educação do campo.

O segundo capítulo é intitulado “A mulher educadora na escola do campo: prática pedagógica da educação da infância”. Nesta parte abordamos as questões referentes à mulher educadora que trabalha na educação do campo e de sua prática pedagógica na educação da infância. As diferentes ideias mencionadas no capítulo contam com a contribuição de autores que estudam a educação do campo e as concepções da mulher na educação.

No terceiro capítulo, “A metodologia da pesquisa”, caracterizamos o método, os sujeitos da pesquisa, e os instrumentos para obtenção dos dados e o procedimento de análise desses dados.

No quarto capítulo, “Da formação docente à prática pedagógica da mulher professora”, apresentamos a análise dos dados coletados na pesquisa, além de erigir uma discussão acerca da formação da docente que trabalha nas escolas do campo. Também mostramos os problemas e desafios enfrentados cotidianamente pela professora que trabalha no campo, entre outros, as práticas docentes e a educação da infância na maioria das vezes são descontextualizados da realidade local das pessoas.

Na última parte, denominada “Considerações Finais”, formulamos ideias sintetizadas da análise desenvolvida durante o nosso trabalho, sobre a relevância das temáticas em questão na educação no campo.

CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DO LUGAR DA INFÂNCIA À PRÁTICA DOCENTE

Neste capítulo abordamos as concepções da infância na perspectiva de autores que discutem os aspectos históricos e sociais das crianças. De início focamos sobre o conceito de infância, o ser criança e seu significado perante a sociedade a partir da revolução industrial. Com o surgimento de estudos, teorias, os quais fizeram com que a ideia de infância se modificasse e ganhasse uma nova roupagem na educação, na família e no contexto escolar.

Em seguida discutimos a trajetória da educação na infância no contexto da educação do campo de maneira crítica, reflexiva, fazendo referências a autores, que discutem este tipo de educação. Nesse sentido, enfatizamos que a educação no campo enfrenta vários problemas e desafios, em razão de uma visão distorcida ou preconceituosa do campo, considerado como ultrapassado e que as escolas presentes nesses lugares são ruins. Esse tipo de visão contribui para o êxodo rural e, conseqüentemente, para a diminuição das escolas nos setores rurais. Também pretendemos discutir as questões de gênero na educação do campo, com o propósito de compreender o porquê de tantas ideias equivocadas acerca das mulheres e da profissão docente.

1.1 LEITURAS SOBRE A INFÂNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

Nos estudos elaborados acerca a infância destacam-se o papel desenvolvido pelo pesquisador Ariés (1960), com uma pesquisa sobre a concepção de infância, desde o século XII até o século XVIII. Segundo Ariés (1960), cada século tinha uma visão, uma ideia diferenciada acerca da infância na sociedade. Na Idade Média não existia um sentido, um significado de infância. Para esse pesquisador, “as pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico” (ARIÉS, 1960, p. 4).

Assim, percebemos que as crianças não são vistas como um ser importante na sociedade, principalmente porque são tratadas como um objeto, sem inteligência e capacidade. As crianças eram consideradas durante muito tempo, como miniaturas adultas, cujas suas vestimentas se pareciam com as dos adultos; elas eram instrumentos de manipulação no meio social. Nessa época a família não tinha o devido cuidado,

respeito e atenção com as crianças. Não havia um sentido, um significado sobre o que era realmente a infância, porque as crianças eram consideradas inferiores na sociedade, principalmente as pequenas.

Entre os séculos XVI e XVIII, o conceito de infância foi adquirindo sentido, significado, uma vez que a família começou a se preocupar com a educação - embora de maneira remota - as crianças pobres não tinham privilégios para estudar, ter uma boa saúde e lazer (STEARNS, 2006). Na escola as crianças recebiam muitas regras, eram modeladas para seguir uma disciplina rigorosa, como por exemplo, seguir as regras da religião católica, pois a igreja, as pessoas, a escola e a sociedade viam as crianças como seres divinos (STEARNS, 2006).

As mudanças ocorriam, porém de maneira desigual, porque os direitos de cada um dependiam das condições sociais, culturais e econômicas de cada um. Essas condições eram diferenciadas e desiguais, ou seja, a maioria não tinha quase nada e a minoria tinha o bastante. Embora continuassem as mudanças, as crianças continuavam discriminadas e excluídas, principalmente as crianças provenientes de camadas sociais tidas como inferiores.

Durante os séculos XIX e XXI, a ideia de infância nas sociedades industrializadas teve grandes mudanças, pois houve um cuidado maior acerca da educação, higiene, atenção e preocupação com a criança. Houve muitas transformações na sociedade e na maneira das pessoas agirem com as crianças (STEARNS, 2006). Segundo Stearns (2006), a sociedade industrial teve uma visão diferenciada com as crianças, porque diminuiu a taxa de mortalidade infantil, o trabalho infantil, a agressividade na escola e no ambiente familiar, bem como o acesso à educação foi ampliado. Houve também uma grande preocupação com o emocional, o comportamento da criança, porque o objetivo era manter o seu bem estar.

Todavia, essa diminuição do trabalho infantil ocorreu lentamente, pois de um lado tinha-se crianças que trabalhavam na indústria, as das classes populares, por outro, havia crianças que não passavam por este tipo de experiência. Também por causa da implantação da industrialização, as crianças que serviam para dar recados nas cidades e as que trabalhavam como domésticas aos poucos foram substituídas por objetos tecnológicos, como o telefone e os eletrodomésticos (STEARNS, 2006).

As mudanças ocorridas nas sociedades industriais foram apenas para uma determinada classe social: a elite. Isso porque várias crianças das camadas populares não desfrutaram de educação, de moradia, de comida e de saúde, pois nessa época estas

viviam em condições difíceis de vulnerabilidade, como violência, mortalidade, doenças e explorações. As crianças pobres ainda continuavam sendo exploradas, sem acesso a educação, lazer e saúde. Na concepção de Stearns (2006, p. 155):

Muitos pais, apesar de aceitarem a escola como a primeira responsabilidade das crianças continuava se sentindo ligeiramente magoados pelo fato de as crianças executarem tão pouca tarefa e se perguntavam qual era se compromisso com a família.

Muitos pais não aceitaram essas mudanças, pois na visão deles era importante que as crianças trabalhassem e estudassem, com o objetivo de obter maturidade e ajudar na renda familiar. A família de baixa renda geralmente era a favor do trabalho infantil, porque com os filhos trabalhando a renda familiar conseqüentemente aumentava e esses também podiam consumir determinados produtos. O consumismo foi um fator bastante forte na vida das crianças, até nos setores mais pobres da sociedade industrial. A indústria investiu na música, roupas, brinquedos, refrigerantes, lanches entre outros produtos (STEARNS, 2006).

Mesmo com a proibição do trabalho infantil, várias famílias, como agricultores e empresários eram a favor do trabalho infantil, porque protegia as crianças dos perigos e da própria ociosidade (STEARNS, 2006). Apesar da proibição do trabalho infantil e da obrigatoriedade da educação escolar para crianças, muitos sujeitos resistiam. No geral quem se manifestava contrariamente eram as famílias pobres, porém essa rejeição se deu por causa da má qualidade da escola que era oferecida, por falta de recursos financeiros para suprir as necessidades dos filhos.

Freitas (2006) aponta que os organismos governamentais e supra governamentais, como a UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância, apresentam dados alarmantes acerca da situação da criança no mundo. Essas passam por várias dificuldades. As crianças ainda são vítimas de abandono, pobreza, violência em todos os lugares do mundo, porque muitas são frutos de famílias sem estrutura financeira, emocional, social entre outras. Além de muitas serem abandonadas pelas famílias, o Estado ou as Políticas Públicas também não dão um apoio a estes pequenos, porque faltam instituições adequadas, como escolas e creches para acolher as crianças vítimas de abandono.

No Brasil milhares de crianças encontram-se nas ruas pedindo esmolas, se drogando ou trabalhando de forma escrava, pois falta incentivos, falta consciência por

parte do Estado em criar projetos para diminuir essa realidade negativa do nosso país. Geralmente, a sociedade brasileira discrimina, exclui ou tem medo dos menores que vivem nas ruas; Todavia, na maioria das vezes eles não têm culpa de viverem nessa situação, ou seja, o que necessitam é de uma oportunidade na sociedade.

Na concepção de Freitas (2006), a questão da infância é algo público como a escola e a saúde. A infância é responsabilidade dos Poderes Públicos do Estado, ou seja, esses poderes são responsáveis por oferecer saúde, educação, lazer de qualidade às crianças e a todos os cidadãos. Essa proteção é importante, porém faltam muitos investimentos, interesses para mudar essa realidade da infância no Brasil.

Freitas (2006) também aborda a questão da normalidade e anormalidade, pois a criminalidade pode vir acompanhada dessa questão que desqualifica o indivíduo, sobretudo com relação à criminalidade infantil que é uma questão complexa para a sociedade entender. Na maioria das vezes o menor é desqualificado, excluído por causa da vulnerabilidade, dos riscos que essas crianças correm por estarem envolvidas e escravizadas pelo crime. Por exemplo, as crianças não nascem criminosas, tornam-se reféns desse mal. A nossa sociedade é extremamente desigual, preconceituosa e segrega as pessoas pobres, negras, as mulheres, os indígenas; Ou seja, a sociedade exclui as pessoas “consideradas” inferiores, porém nenhum ser humano é inferior, apenas é diferente porque vivemos em situação cultural, econômica e social distintas.

Na atualidade a concepção de infância teve inúmeros avanços na sociedade brasileira, porquanto, a família e os poderes públicos começaram a se preocupar com a educação, saúde, lazer e a taxa de mortalidade infantil caiu. Com essas mudanças surgiram órgãos, entidades, escolas, creches, especialistas na área da psicologia, teóricos no âmbito educacional, e da medicina, vacinas, para atender e defender e cuidar dos pequenos.

Percebemos avanços e investimentos para as crianças, entretanto, ainda precisa-se de mais apoio, proteção para infância, pois existem poucas creches e escolas adequadas, além de pessoas qualificadas para atender esta fase. Por exemplo, o campo é um setor que necessita de creches e pré-escolas acessíveis para crianças pequenas, de professores formados/qualificados, com bons salários, pois existem poucos investimentos nesse setor.

Oferecer uma educação de qualidade faz toda diferença porque a infância é a base de tudo; se nessa fase ficarem lacunas, ou seja, se a instituição não trabalhar as atividades necessárias para atender às necessidades dos alunos e alunas, além de ser

difícil estabelecer um bom aprendizado, isso pode atrasar ou atrapalhar o desenvolvimento motor, cognitivo, a interação e criatividade das crianças.

Em vários lugares do mundo, e principalmente no Brasil, existem regiões e comunidades esquecidas pela sociedade e pelos políticos. Nesses locais vivem milhares de crianças pequenas que não têm uma educação, proteção, alimentação, infraestrutura para viver de maneira digna e humana. Muitas crianças são vítimas de todos os tipos de violência, como a física, a verbal e a sexual.

Nesses lugares realmente não têm escolas, creches ou hospitais adequados para cuidar dos pequenos. Geralmente há escola, creche, um posto médico, mas na maioria das vezes essas instituições são precárias, sucateadas pelas próprias pessoas, ou pelos governantes que abandonam e destroem. Em pleno século XXI essa realidade continua presente na educação, ou seja, ao invés de investir mais na educação, saúde ou em outros setores sociais, os governantes estão diminuindo os projetos e os investimentos financeiros para beneficiar a população mais carente.

1.2 A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NOS TERRITÓRIOS DA ESCOLA DO CAMPO: BREVE ABORDAGEM

A Educação do campo precisa ser mais discutida e questionada, ou seja, precisa ampliar os estudos, as discussões e pesquisas, sobretudo, na nossa realidade, a do estado da Paraíba; tendo em vista o descaso com a criança que vive no campo. Somente assim é possível, além de possibilitar mudanças, compreender o sentido da educação para infância no campo. Ampliar pesquisas e estudos voltados para a educação da infância do campo se faz necessário porque no geral as pesquisas são limitadas acerca desse público (LEAL & PASUCH, 2013).

Em razão disso, encontramos lacunas que merecem atenção, é que a educação da infância do campo para a maioria das crianças tem o seu início a partir dos quatro ou cinco anos de idade. E por ser os alunos da escola no campo, filhos de trabalhadores do próprio campo, necessitam de profissionais com conhecimentos teóricos, metodológicos, estudos, formação de qualidade, interação com os demais profissionais da mesma área em relação a esta realidade social (LEAL & PASUCH, 2013).

Pensar uma educação de qualidade para a aluna ou o aluno do campo é primordial, independente de qualquer situação social, econômica, cultural ou regional, levando em consideração as especificidades e a origem desses alunos. As crianças camponesas em

geral não recebem educação escolar adequada capaz de propiciar o ensino-aprendizagem e a formação cidadã. São muitas as razões, entre elas, os espaços limitados das escolas para as crianças; por exemplo, pela falta de um pátio, elas são impedidas de brincar, permanecendo na própria sala de aula durante o recreio.

A criança que vive no campo gosta de explorar o espaço, correr, observar a natureza, questionar o que está ao seu redor, à maioria dessas crianças têm conhecimentos de seu lugar, do trabalho agrícola, da criação de animais, por isso, uma grande parte, quando chega à escola, estranha o ambiente e não quer ficar nele, motivados, principalmente, por um ensino distante da sua realidade, sem nenhum significado para a sua vida e por não conseguir brincar e interagir com os colegas e com o ambiente.

Na concepção de Leal & Pasuch,

O que se tem observado até então é que a situação dessas crianças tem tido, historicamente, pouca ou nenhuma consideração em termos de um atendimento educacional público destinado a elas, sobretudo no lugar onde moram. Em geral, quando esse atendimento ocorre, ele se dá de maneira irregular – crianças com idade para frequentar a Educação Infantil inseridas, matriculadas ou não, em salas multisseriadas do Ensino Fundamental, em escolas da zona rural – ou sendo transportadas para creches e pré-escolas da cidade. (2013, p. 7):

Nesse sentido, a educação da criança do campo, em termos de qualidade e eficiência, não deve ser diferente da urbana, tendo em vista que toda criança seja ela advinda da zona rural ou urbana precisa de um espaço lúdico, de materiais concretos, de um profissional que valorize a história, a sua cultura, e a sua origem. A infância, seja no campo ou na cidade, é uma fase importante e decisiva na vida dos sujeitos; é a fase da descoberta, da curiosidade, do questionamento, por isso a professora precisa planejar e vivenciar atividades que levem em consideração os aspectos infantis.

Outro problema enfrentado pela a educação da infância no contexto rural é a falta creches, visto que estão localizadas nas cidades e não no campo, assim posto, impedindo um grande número de criança, a esse tipo de espaço educativo (LEAL & PASUCH, 2013). Apesar das resoluções, das diretrizes para educação básica do campo, orientações curriculares para a educação e das discussões nas Universidades, a situação permanece como está. Nos leva a acreditar que a educação da infância do campo, no Brasil, é invisível aos olhos das políticas públicas (LEAL & PASUCH, 2013), ou seja,

as crianças camponesas vivem em situação de vulnerabilidade, principalmente os indígenas, ribeirinhos, os negros e filhos de agricultores.

Não podemos esquecer que a escola e os professores (as) têm um papel fundamental na formação do sujeito e na construção da identidade de todos que estão em processo de formação, como também na transformação pessoal, social, cultural e profissional. Por isso, cabe à instituição escolar trabalhar em prol de uma formação que favoreça o crescimento de todas as crianças, adolescentes e adultos, inseridos na educação, principalmente nas construções dos conhecimentos científicos, conhecimentos acerca da diversidade cultural presentes em nosso contexto social. Na visão de Neto (2009, p. 31):

A educação para o campo, vista sob a ótica do agronegócio, realmente uma educação proposta para a formação da força de trabalho e para inculcar ideologias, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e manutenção da sociedade de classes.

Nesse sentido, a educação do campo não visa uma educação capaz de valorizar a especificidade das crianças inseridas neste contexto, ao contrário, prioriza as culturas oriundas do contexto urbano, uma vez que o livro didático adotado nas escolas do campo traz conteúdos de uma realidade urbana. Arroyo (2007) aponta que os povos do campo são vistos como os outros, e que o campo é visto como um lugar ultrapassado e que tem uma cultura tradicional. Essas ideias ainda fazem parte das visões elaboradas sobre os povos e culturas do campo; quem nasceu e vive no campo geralmente sofre preconceito por parte das pessoas que moram em cidades.

A escola do campo tem uma grande responsabilidade no sentido de desconstruir preconceitos em relação ao próprio campo, todavia a escola reforça esses preconceitos, visto que ela se baseia em concepções da classe dominante, realidades sociais completamente diferentes daquelas vivenciadas no campo. É na infância que podemos construir algo inovador em relação ao campo, porque esse espaço tem cultura e desenvolve práticas importantes no sentido de serem conhecidas e reconhecidas dentro e fora da escola.

A formação da criança é um dos grandes desafios na educação brasileira, principalmente do campo. Nos anos 90 foram elaboradas políticas públicas educacionais com o objetivo de assegurar às crianças uma educação de qualidade, respeito, direito e dever, em consonância com a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e com o PNE - Plano Nacional de

Educação, visando ampliar e universalizar a educação infantil, ou seja, aumentar o número de vagas para o público de 3 a 5 anos nas creches e pré-escolas brasileiras.

O PNE - Plano Nacional da Educação, criado através da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, estabelece, em seu anexo, Metas e Estratégias, entre elas destacamos a Meta 8: “elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País”. Mesmo assim, ainda precisa-se de uma grande política social concreta capaz de envolver todas as pessoas do contexto rural da educação, a priori, com a construção de um projeto coletivo entre a comunidade escolar e os profissionais da própria educação, pois a construção de um projeto social ou do próprio PPP - Projeto Político Pedagógico. Quando existe cooperação o trabalho tem significado, tem êxito, pois é levada em consideração a diversidade de todos e todas.

Um bom projeto educativo deve não só abranger os setores urbanos, mas também os setores rurais, pois na educação camponesa, como aborda Arroyo (2007), tudo está emaranhado, falta autonomia, tudo está atrelado às políticas fundiárias e a troca de votos. A formação infantil nas escolas rurais, na maioria das vezes, não contribui numa formação do sujeito como um todo, porque os currículos infantis se baseiam em algo distante da realidade dos alunos.

A diversidade cultural é um fator preponderante no campo, os povos as culturas do campo são diferenciadas, a escola precisa identificar, respeitar e valorizar em cada aluno e aluna a sua identidade, a personalidade, o seu comportamento, as sua crença, o seu talento e a sua habilidade própria e única. A professora que atua nesse espaço pode propiciar mudanças significativas na perspectiva da educação do/no campo através da formação voltada para as práticas sociais e culturais desse lugar, elaborando, em suas ações pedagógicas, metodologias visando à realidade dos alunos e alunas, propiciando a estes uma visão crítica do local onde vivem.

Dito de outra maneira, a mudança na educação também depende de cada profissional, principalmente em relação ao trabalho da professora ou professor, pois são eles ou elas que têm condições de colaborar diretamente na transformação a realidade das crianças de maneira significativa, seja através de estudos, pesquisas, planejamento, projetos, reflexão, compromisso, valorização dos saberes dos/a alunos/as, priorizando, assim, a transformação pessoal, social e cultural de todos os sujeitos envolvidos na educação.

Cada sujeito tem a capacidade de construir, reconstruir, qualquer projeto que esteja ao seu alcance, basta ter um olhar inovador e amplo para entender que tudo é possível, e que quando almejamos e lutamos por algo positivo e justo temos a certeza e a consciência de que conseguiremos, porque quem faz a diferença na educação contribui não só na formação de um único sujeito, mas na formação de milhares de cidadãos, tornando-os críticos, autônomos, reflexivos e capazes de entender e interpretar a realidade social, econômica e cultural de toda a população.

O planejamento e a organização das escolas precisam vislumbrar um olhar crítico e democrático para incluir a diversidade. A escola deve se organizar, agir e trabalhar de acordo com as necessidades das alunas e alunos, ou seja, construir uma escola que almeja a formação crítica e reflexiva e que prepara os sujeitos para conquistarem sua própria autonomia, certamente isto faz toda a diferença.

A situação da educação do campo pode melhorar, porém é necessária a cooperação de todos os sujeitos envolvidos, como a comunidade, as políticas públicas, os movimentos sociais e os profissionais da educação. São várias as possibilidades para melhorar a educação do campo, entre outras, como ampliar o ensino de maneira que as crianças, os adolescentes, e jovens permaneçam no campo; melhorar as estruturas das escolas; investir em políticas públicas; elaborar projetos, programas direcionados a população rural; valorizar o trabalho do professor (a) e investir na formação continuada dos profissionais da educação; investimentos destinados à infraestrutura e equipamentos das escolas, salários dignos e cursos de formação continuada aos professores, interação entre as Universidades e as escolas das áreas rurais. Contudo, se as escolas permanecem como estão, certamente em um curto período de tempo, uma grande parte vai deixar de funcionar.

As escolas do campo infelizmente são esquecidas pela sociedade e pelos poderes públicos. Uma parte da população desvaloriza e exclui essas instituições. Atualmente vários pais que residem no campo preferem matricular os filhos na cidade, pois as escolas de setores urbanos, no geral, recebem mais investimentos e também a maioria dos profissionais da educação são qualificados, tem nível superior - e por vezes especialização - enquanto nas escolas camponesas faltam profissionais qualificados, investimentos e projetos porque essas instituições são administradas por pessoas ligadas aos políticos.

Assim sendo, a Educação do campo necessita ser questionada, analisada, ampliada e estudada, porque é na educação de qualidade que existe o crescimento

peçoal, profissional. Ela também precisa convergir para um aspecto que incentive a permanência desses sujeitos em seus lugares de origem, pois a todo instante os setores rurais estão sendo abandonados por causa de várias dificuldades, como a falta de trabalho, escolas, postos de saúde, segurança entre outros. As escolas do campo apresentam estrutura precária, falta materiais, profissionais qualificados para a educação infantil. Na concepção de Sousa et al (2014, p.18):

Precisamos, pois, mudar a nossa postura ao enxergar a criança, reconhecendo-a como um sujeito de direitos e deveres que merece respeito. É necessário estarmos dispostos a ouvir o que ela tem a nos dizer sobre si e sobre o mundo. Como cidadã a criança tem direito de ser amparada pelo Estado, na elaboração e negociação de políticas públicas que a beneficiem genuinamente.

Os organismos governamentais que elaboram políticas educacionais precisam ter um olhar de respeito com a criança do campo porque elas são capazes de ler e interpretar o que as rodeia, ou seja, as atividades voltadas para incentivar a construção do cidadão como um todo. Todavia ainda existem muitas lacunas na educação do contexto rural, tanto quanto na cidade, porque acreditamos que as crianças não sabem de nada, não percebem a realidade, qualquer coisa que se ensine serve para eles, mas é um grande equívoco dos/as professores (as) em relação ao conhecimento das crianças. Na concepção de Arroyo (2007, p. 169):

Os movimentos sociais têm clareza de que a conformação do sistema de educação com uma rede de escolas do campo no campo e comum corpo profissional com formação específica exige educadoras e educadores do campo no campo. Sabemos que um dos determinantes da precariedade da educação do campo é a ausência de um corpo de profissionais que vivam junto às comunidades rurais, que sejam oriundos dessas comunidades, que tenham como herança a cultura e os saberes da diversidade de formas de vida no campo. A maioria das educadoras e educadores vai, cada dia, da cidade à escola rural e de lá volta a seu lugar, a cidade, a sua cultura urbana. Consequentemente, nem tem suas raízes na cultura do campo, nem cria raízes.

Para o autor, a educação do campo precisa valorizar a origem das crianças, desenvolvendo atividades que remontem à localidade, conhecimento da cultura; tudo isso valoriza a identidade do sujeito do campo. Vários profissionais que trabalham nas escolas rurais na sua maioria são da cidade e alguns não aceitam a cultura, a maneira de a criança falar, se vestir e agir, ou seja, o profissional tenta moldar, impor novas ideias e novas culturas a esses sujeitos. Os movimentos sociais do campo têm agido no sentido

de mudar essa realidade através de reivindicações ou propostas para formar profissionais com especificidades em escolas rurais (ARROYO, 2007).

Apoiando-nos na contribuição Arroyo (2007), em que os movimentos sociais são importantes e decisivos nas últimas décadas, porque defendem as políticas públicas, os projetos, lutam por um currículo que valorize as especificidades culturais, sociais e econômicas das crianças, adolescentes, jovens e adultos das instituições camponesas (ARROYO, 2007).

Segundo Neto (2009, p. 26):

O agronegócio quer formar trabalhadores para as empresas e que sejam funcionais à reprodução do capital. A educação camponesa deve, pelo trabalho humano, formar indivíduos não fragmentados na sua totalidade e que, dessa maneira, possa compreender as relações humanas tanto na sua diversidade cultural como nas desigualdades sociais, econômicas e políticas geradas pelo capital.

Uma educação do campo de qualidade, a partir da reflexão, ação e senso crítico contribui para mudar esta realidade (NETO, 2009). A educação para as camadas de baixa renda precisa negar a submissão e exploração. A escola precisa ter esse olhar crítico, preocupado com os problemas das crianças, como as condições financeiras, pessoais, sociais, culturais e locais. Às vezes a escola ofusca essas questões, ou seja, ignora a situação das crianças.

1.3. OS DESAFIOS DO TRABALHO DA MULHER PROFESSORA NO CAMPO

As escolas no campo precisam lidar com a realidade cultural e social da criança nesse espaço, pois o campo apresenta uma realidade diferenciada. Quando um aluno ou aluna é descendente de indígena, é afrodescendente e sua família segue os costumes, crenças, religião de suas origens, no geral a escola rejeita e exclui a cultura desses povos. Além dessas questões outras são importantes, a exemplo das questões de gênero, pois a concepção de gênero ainda é esquecida ou desconhecida. As profissionais da educação continuam separando meninos e meninas durante as atividades, nas brincadeiras na sala de aula, em filas e no recreio.

A desigualdade em relação ao masculino e feminino é forte e está em nosso inconsciente, ou seja, quando um menino ou menina apresenta um comportamento considerado inadequado aos olhos da sociedade, logo é taxado com expressões

pejorativas e ofensivas. Em relação ao profissional, a sociedade define que determinado cargo não é para o feminino, como policial, mecânica, pedreiro. Percebemos, pois, que são tipos de preconceitos criados e velados histórica e socialmente.

Atualmente os profissionais da educação lidam com criança em sua maioria são mulheres, principalmente nos anos iniciais, salvo algumas exceções. E como o quadro destes profissionais é composto por educadoras, de certa forma, representa um papel significativo na construção pessoal, cultural e social das crianças.

Na perspectiva da diversidade, a educação no campo pouco questiona as questões de gênero, porque ainda prevalece à figura masculina como o forte, o provedor e o que comanda a família nesses setores. As pessoas acreditam que o homem deve mandar na mulher, e por ela ser frágil sempre necessita de alguém forte ao seu lado, porém todos esses equívocos são construções sociais impostas às pessoas para acharem que isto é natural e devemos nos conformar.

Tendo a educação do campo uma importância fundamental, tanto na formação dos alunos e alunas, como na própria vivência da professora no contexto rural, ela precisa ter em mente que a sua forma de trabalhar, o seu método de ensino, influência direta ou indiretamente nas ideias e nos comportamentos dos alunos (as), o melhor, se é trabalhada uma prática pedagógica tradicional, impondo certos valores sem abrir espaço para os alunos (as) refletirem, criticarem, causa submissão e aceitação de tudo o que acontece na escola e na própria sociedade. Ao contrario, devemos trabalhar com uma pedagogia relacional, que consiste na construção de conhecimentos e com a participação ativas das crianças.

Através da pedagogia relacional, ou seja, através de uma pedagogia dialógica, é possível encontrar alternativas para combater os preconceitos sofridos por muitas crianças por causa das diferenças, principalmente as crianças negras, indígenas e/ou com deficiências. Em relação ao menino e a menina, muitos são rotulados, discriminados por causa do jeito, do comportamento, da maneira de se vestir entre outros. Jamais devemos julgar ou definir alguém pela maneira de se vestir, andar, falar e agir, porque cada pessoa é única e diversa.

A escola do campo precisa estar atenta a essas questões de gênero, porque ainda prevalece nas nossas mentes que a mulher não tem vez nem voz para tomar decisões, para escolher determinada profissão, porém a escola tem esse poder de desconstruir essas ideias ultrapassadas. É na infância que podemos construir novos conceitos e novas possibilidades para romper com a segregação entre as variadas culturas. A educação do

campo pode desmistificar vários preconceitos, concepções equivocadas que as pessoas têm em relação às pessoas que moram nas comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e etc. O trabalho da professora é essencial para modificar e superar as tais contradições que estão impregnadas na mente da população.

A mulher está ocupando vários espaços na sociedade e toda esta conquista é fundamental, pois foram anos de luta em prol da emancipação e da negação da submissão e exploração. Porém a desigualdade entre a mulher e o homem continua bastante evidente na sociedade. Infelizmente ainda há preconceitos com as mulheres; e, alguns casos elas trabalham muito e ganham menos do que os homens, são vítimas de violência provocadas por maridos, pais e irmão etc. Segundo Vianna (2001, p. 93):

Criam-se, assim, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais, afetivas, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificadas com os corpos e as mentes femininas, ganhando, assim, um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas.

Por mais que as mulheres tenham conquistado espaço na sociedade, no mercado de trabalho e no meio familiar, ainda enfrentam obstáculos no contexto desses espaços, pois na maioria das vezes as próprias mulheres se inferiorizam e se retraem perante às críticas e as injustiças, mas a educação escolar de qualidade pode motivá-las para conquistar a autonomia e sua emancipação cidadã. As mulheres professoras também enfrentam muitas dificuldades na profissão, porque está posto que a docência é um trabalho apenas para o público feminino, pois são de natureza comportada e têm a vocação de ser mãe entre outras.

A mulher professora que trabalha nas escolas do campo também percebe que a população têm essas ideias em relação a essa profissão, no geral estranham quando um homem está na sala repleta de crianças ou que cursa pedagogia. É bastante difícil para uma família aceitar que o homem cuide, desenvolva atividades lúdicas com as crianças pequenas na escola. Por isso, este é um assunto complexo que exige muita reflexão, compreensão, análise e diálogo para tentar diminuir aos poucos essas ideias. É crucial planejar atividades em prol do respeito e da cooperação porque os pequenos no geral aprendem, por exemplo, que não se pode jogar lixo na escola, não pode xingar o colega etc.

CAPÍTULO 2 - A MULHER EDUCADORA NA ESCOLA DO CAMPO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

Este capítulo trata das concepções da mulher educadora do campo e da prática pedagógica na educação da infância, além de discutir o lugar da mulher professora na educação, suas perspectivas, dilemas, possibilidades e desafios no fazer educativo. Depois foca a educação do campo na atualidade, as políticas educacionais do campo e as Diretrizes curriculares para a educação do campo. A mulher educadora que trabalha em escolas do campo é maioria; é raro encontrar a figura masculina nesses tipos de instituição. Essas profissionais são pouco reconhecidas na educação das crianças. A maioria se dedica com compromisso com sua prática e com o ensino e aprendizado dos alunos e alunas.

Infelizmente não há na sociedade o reconhecimento dos profissionais da educação. Muitos acreditam que a educação, principalmente na infância, é algo fácil que pode ser feito de qualquer jeito, porém é engano; essa educação exige todo um conhecimento e uma prática pedagógica construtivista, ou seja, uma prática interativa em ambas as partes. Ainda continua a ideia de que a docência é profissão feminina. A autora Rosa (2011, p.16) traz uma contribuição interessante acerca da profissão docente:

O contraditório, é que se a mulher é tida como representação de “professora primária”, o homem ainda é maior representante em cargos educacionais de poder, ocupando em maior número as secretarias e ministérios de educação.

Realmente existe uma contradição em relação à formação docente composta por mulheres, pois quem domina ou escreve teorias sobre as modalidades da educação são as figuras masculinas. Essas questões de gênero, quando partem de relação de poder, sempre se manifestam de forma desigual porque ser mulher ou homem na nossa sociedade é carregar sempre ideias equivocadas, preconceitos e estereótipos. Existe uma complexidade ou repulsa para discutir sobre os papéis femininos e masculinos porque a nossa cultura acredita que a mulher não serve para exercer cargos de poder ou os cargos socialmente ditos masculinos.

As questões de gênero podem ser trabalhadas desde a infância, através das brincadeiras compartilhadas sem separação, durante a fila, durante as atividades na sala. Esses exemplos ajudam na interação e no respeito em ambas as partes. A própria mulher

ainda supervaloriza o masculino, por causa de nossa educação familiar, escolar e religiosa que define que o sexo feminino é inferior e deve obedecer ao masculino.

Na educação do campo essas concepções acerca da mulher se convergem porque nessas localidades ainda são fortes e atuantes. Várias mulheres camponesas não completam nem o ensino médio, muitas quando casam - ou até namorando - abandonam os estudos por causa do marido ou namorado. É importante a mulher estudar, conquistar sua autonomia pessoal e profissional. Todavia essa é uma realidade ainda evidente no campo, principalmente em famílias de baixa renda, que às vezes não acreditam na escola. É através da educação escolar de qualidade, interativa e significativa que podemos desconstruir estereótipos e desigualdade entre as pessoas.

Como a docência é tida como profissão feminina é necessário que as mulheres lutem e tentem superar essas ideias arcaicas que ser professora é vocação, a mulher tem o instinto materno, é carinhosa, afetuosa com as crianças (ROSA, 2011). Ser professora vai além dessas características, ninguém nasce professora ou médico, as pessoas estudam bastante, para conseguir se formar. Contudo está inculcado nas nossas mentes que nascemos com aptidões para exercer determinada profissão.

Na escola do campo ou na própria comunidade, no geral, não aceitam um homem na educação infantil, pois acham que esse sujeito não têm habilidades como a mulher para lidar com crianças. Até a geração mais jovem acredita nessas concepções que a pedagogia é para a mulher, homem não combina na sala de Educação Infantil ou Fundamental I. Rosa (2011) adverte que os pais de início tem preconceito com a presença masculina na sala de aula de Educação Infantil e Fundamental I.

A prática pedagógica é um dos fatores cruciais na vivência em sala de aula. Ela precisa de uma articulação entre teoria e prática no sentido de proporcionar aulas que favoreçam a construção e trocas de conhecimentos em ambas as partes envolvidas. A prática pedagógica de professoras e professores que trabalham em áreas do campo deve levar em consideração a realidade do lugar e também respeitar as especificidades dos sujeitos oriundos das comunidades rurais porque é lei, e está na LDB (1996) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no Artigo 28:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Como está na LDB, à educação da população que vive no campo têm peculiaridades e é preciso estarmos cientes dessas diferenças, principalmente para quem trabalha em instituições rurais. O respeito para com o sujeito que é aluno ou aluna de escolas rurais é essencial para o crescimento e a formação cidadã dessas pessoas. Como está incluído na LDB, até o calendário dever ser organizado de acordo com as plantações e o clima do local. Será que tudo isto é respeitado? Será que os profissionais das escolas rurais têm conhecimento da LDB?

2.1. O LUGAR DA MULHER PROFESSORA NA EDUCAÇÃO

Durante anos e anos as mulheres lutam para conquistar e ocupar espaços na sociedade e nas variadas áreas profissionais. Atualmente as mulheres já ocupam esses espaços nas empresas, na educação, política entre outras. Tudo se iniciou por causa também da expansão do mercado de trabalho e do desenvolvimento industrial. De acordo com Sarti (2004, p.39), “A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres”.

Por mais que a mulher esteja inserida no mercado de trabalho, ainda há uma enorme desigualdade em relação às condições de trabalho, salários, valorização, espaço em cargos tidos como pertencentes ao masculino. Essa desigualdade não foi eliminada, continua em todos os setores da sociedade. As pessoas consideram a mulher inferior, incapaz de exercer determinados cargos. Muitas mulheres trabalham de modo igual ao homem numa determinada empresa, mas ganha bem menos. Além da excessiva carga horária na empresa, existem também os trabalhos domésticos, a educação dos filhos que são feitos exclusivamente pela própria mulher.

A área da educação e saúde é ocupada, quase em cem por cento dos cargos por figuras femininas. A mulher na educação está ocupando mais a sala de aula, como creches e escolas dos anos iniciais. Rosa (2011) ressaltou que as primeiras mulheres inseridas no contexto educacional foram da elite, as filhas dos grandes latifundiários e das famílias burguesas, enquanto as meninas pobres só foram incluídas na educação quando o país pretendeu estender a educação, por causa dos ideais de progresso e modernização. Além do mais, grande partes das mulheres ficaram de fora do sistema

educacional, da sociedade e desse progresso de modernidade, como as mulheres negras, as indígenas, ou seja, essas foram inseridas bem mais tarde, mas as até hoje sofrem um duplo preconceito de etnia, de gênero e de baixa renda (ROSA, 2011).

A educação infelizmente exclui pessoas indígenas, negras, camponesas, pois a nossa cultura é focada na europeia, branca, cristã e masculina. Assim, os demais sujeitos são enxergados com rejeição, como os “outros” etc. Existe uma dicotomia em tudo, a todo instante estamos segregando as pessoas que são consideradas inferiores, estranhas, que têm dificuldades para executar algo, mas a segregação ocorre também dentro das instituições escolares de todos os níveis de ensino.

Os setores educacionais de poder são ocupados pelos homens, como já mencionamos anteriormente. Mesmo sendo a maioria na educação, a mulher tem pouca voz nessas esferas de poder porque o que predomina nessa sociedade é a desigualdade, discriminação, preconceitos e estereótipos com as mulheres. Está na própria Constituição que homens e mulheres são iguais em seus direitos e obrigações, mas na prática não existe essa igualdade entre as pessoas ou entre as instâncias sociais, culturais e econômicas.

Ser professora é um trabalho complexo porque tem de superar a desigualdade, a desvalorização da profissão além de tentar desmistificar a ideia de que ser professora é vocação, ter afeto, ter o instinto de mãe. Apesar da desvalorização da profissão, dos baixos salários, para as mulheres ser professora era uma oportunidade de abandonar o mundo doméstico e adentrar na esfera social (ROSA, 2011). Ou seja, a docência durante os séculos XIX e XX, era como um trunfo para conquistar a emancipação na sociedade.

Na concepção de Rosa (2011, p. 9):

Ser professora, na visão das mulheres e da sociedade, possuía mais prestígio do que ser governanta, costureira ou parteira. Dessa forma, mesmo o magistério não sendo uma profissão bem remunerada, ainda assim garantiria um salário melhor que estas outras profissões destinadas a elas. Possibilidade de circularem pelo espaço público desacompanhadas e de adquirirem conhecimentos que iam além das prendas domésticas, como era usual, também foi grande atrativo.

A educação é importante para todos e todas, principalmente porque forma pessoas para a sociedade e realidade nas quais estamos inseridos (as). Apesar dos problemas e desafios que a docência tem, ela contribui bastante para a inclusão das mulheres nos espaços públicos da sociedade. A educação já transformou vários sujeitos de baixa renda, mulheres, indígenas e negras, todavia necessita-se incluir mais sujeitos e difundir

mais projetos para oportunizar mais indivíduos que se encontram excluídos do processo social.

As mulheres são capazes de fazer a diferença tanto em outras profissões como na educação. Várias têm compromisso, conhecimento e competência para mudar a escola e a educação geral. A reflexão, o questionamento crítico, a ação são essenciais para os sujeitos solucionarem os diversos problemas e desafios. Segundo Rosa (2011), infelizmente as mulheres continuam sofrendo estereótipos, porque esses equívocos são construções sociais que se perpetuam por anos e séculos na cultura e na sociedade.

O profissional da educação sempre está refém de problemas, desafios, de críticas construtivas. Esses fatos fazem parte de qualquer profissional, mas em relação a profissional (o) da educação esses fatos são mais constantes ou apontados com mais ênfase, porque lidar ou ser responsável pelo ensino-aprendizado e a formação do cidadão é extremamente complicado e também decisivo. Milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos estão praticamente excluídos da sociedade e de tudo. Ou seja, as nossas escolas estão falhando no sentido de não se preocupar com a realidade dos alunos, pois essas instituições não conseguem incluir ou oferecer mais oportunidades para os mais carentes que vivem em situação de risco ou de extrema pobreza e entre outras.

São muitos os desafios que os professores e professoras enfrentam no cotidiano profissional, porém o conhecimento, o nosso compromisso, a reflexão crítica e ação são atitudes que podemos adotar para mudar essa realidade. Candau (2014, p. 34) nos traz essa contribuição sobre a situação dos profissionais da educação:

Insegurança, estresse, angústia, parecem cada vez mais acompanhar o dia a dia dos docentes. Sua autoridade intelectual e preparação profissional são frequentemente questionadas. Ser professor hoje se vem transformando em uma atividade que desafia sua resistência, saúde e equilíbrio emocional, capacidade de enfrentar conflitos e construir diariamente experiências pedagógicas significativas.

Ser um educador compromissado e responsável requer superar esses dilemas presentes na profissão e no próprio sistema de educação que não oferece nenhuma – ou quase nenhuma - resolução para diminuir as angústias dos professores. Os professores, especialmente os de escolas do campo, são os mais prejudicados em relação à falta de formação continuada, falta de apoio, e de um projeto que ajude no crescimento dos alunos e alunas.

Ser professora tem sua importância no contexto social, principalmente na infância, que representa a base ou alicerce da construção social, cultural, dos conhecimentos e da formação crítica do cidadão. Durante essa fase é essencial a educação, a integração dos conhecimentos porque ela, a todo instante, necessita da mediação de alguém para avançar numa determinada tarefa, atividade ou brincadeira. O educador ou educadora também precisa ter uma visão bem ampla das especificidades de cada criança, ou seja, perceber a diferenças de todos.

Consoante Candau (2014), os professores têm dificuldades para lidar com a diferença dos alunos presentes na sala de aula. Por isso, docentes e a sociedade geral têm dificuldades para respeitar e aceitar o diferente. Por exemplo: discutir as questões de gênero na escola às vezes causa repulsa das próprias mulheres.

Rosa (2011, p. 18) expõe que “a sociedade precisa compreender as diferenciações entre homens e mulheres sob a ótica da alteridade e não da desigualdade” [...]. Geralmente a sociedade impõe que ser homem e mulher são indivíduos que não podem exercer determinada ação, pois está posto e construído em nossas mentes que cada sujeito que nasce vai ser algo de acordo com seu sexo. Por exemplo, a menina quando nasce tem que vestir rosa e o menino azul. Essas concepções equivocadas causam distanciamento entre os sujeitos.

2.2. A EDUCAÇÃO NO CAMPO: PERSPECTIVAS, POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO FAZER EDUCATIVO FEMININO

A educação do campo enfrentou e enfrenta diversos problemas e desafios na sociedade, especialmente por causa da valorização dos setores urbanos e os grandes centros, pois as pessoas inferiorizam as comunidades do campo. A construção da educação do campo é uma conquista oriunda de lutas diárias por parte de movimentos e de criação de projetos de lei, como a LDB etc.

Segundo Queiroz (2011), a década de 1970 foi um período marcado pelas diversas lutas, especialmente lutas em favor de uma educação do campo. Nessa década como foca Queiroz (2011) surgiram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizado pela igreja católica e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) no Estado do Espírito Santo; já nos anos 80, surgem à fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em seguida o (MST) Movimentos Sem Terra.

Na concepção de Queiroz (2011, p.39) “o MST se consolidou no Brasil como um movimento combativo e expressivo na luta pela reforma agrária e tem contribuído para uma reflexão e prática na educação do campo”. Esse movimento continua forte e atuante em todo Brasil; atualmente existem vários assentamentos organizados, com escolas, casas e produção agrícola, porém ainda tem uma grande parcela de pessoas que vivem em assentamentos precários, sem nenhuma perspectiva de permanência no campo. Tanto quem vive em assentamentos, ou não, enfrenta muitos problemas porque os investimentos, os projetos para os sujeitos que moram no campo são poucos, e quando têm, são distribuídos de maneira desigual.

As perspectivas e as possibilidades são várias para melhorar as condições educacionais, culturais, de saúde e econômica da população do campo. O MST luta bastante para conquistar seus objetivos em prol da dignidade humana e da permanência das pessoas do campo. As mulheres também participam ativamente desses movimentos. Várias almejam melhores escolas para seus filhos, trabalho digno e respeito por parte de toda sociedade. Existem mulheres professoras nos assentamentos que contribuem no crescimento, no ensino e aprendizado de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Rosa (2011, p. 17) traz uma rica contribuição que causa indagação e reflexão acerca da profissão docente: “Dessa forma, a mulher que por muito tempo viveu sob imposições masculinas dentro do lar, continuou sob essas imposições na profissão docente”.

As mulheres, mesmo com toda força de luta, de empoderamento ainda são vistas como a inferior, a frágil, nos setores rurais ou urbanos. Todavia precisamos superar esses equívocos através de uma educação escolar inclusiva e democrática, que oportunize mais espaços para todos sem distinção de cor, raça, sexo, religião dentre outras. O fazer educativo feminino no contexto escolar representa um papel crucial na sociedade e na vida de milhares de estudantes, especialmente nos anos iniciais de ensino, nos quais os pais, a escola, ou os responsáveis pelos pequenos constroem uma confiança e também ditam muitas responsabilidades para o educador ou educadora assumir.

Vários jovens atualmente não querem escolher um curso de licenciatura por causa da desvalorização social, econômica, e também de dificuldades e problemas que os profissionais passam, como falta de infraestrutura nas escolas, violências e cargas exaustivas de trabalho. Os professores ou professoras não têm tempo para estudar, ler ou até de planejar as aulas, pois vários lecionam em mais de duas escolas para ganhar

mais. Atualmente estão surgindo formações continuadas, projetos com bolsa, prêmios para incentivar os educadores, porém ainda é pouco; existe uma parcela de fora principalmente, os professores do campo. Nas escolas do campo já têm alguns projetos e capacitações, entretanto continuam superficiais e na maioria das vezes são descontextualizados da realidade dos sujeitos envolvidos.

Tanto a formação, o projeto da escola e o plano de aula devem priorizar as especificidades e a realidade do local dos indivíduos porque em cada lugar do Brasil as pessoas têm suas identidades singulares que devemos respeitar. Torna-se necessário resgatar a identidade dos sujeitos do campo, e a escola pode contribuir na construção da identidade dos sujeitos do campo. Essas mudanças de identidades vêm ocorrendo por causa do processo de industrialização. Desse modo o campo e as pessoas ganharam e perderam novas culturas e identidades. Na concepção de Queiroz (2011, p. 43):

É preciso conhecer, reconhecer, resgatar, respeitar e afirmar a diversidade sociocultural dos povos que vivem/habitam no campo e do campo. Mencionamos alguns, para exemplificar, mas cada Escola, a partir das suas realidades, deverá trabalhar este tema, ampliando e aprofundando esta diversidade dos povos do campo. Pode-se falar: acampados, arrendatários, assalariados rurais, assentados, comunidades camponesas, comunidades negras rurais, indígenas, extrativistas, meeiros, pequenos agricultores, pescadores, posseiros, povos das florestas, quilombolas, reassentados atingidos por barragens, ribeirinhos, entre outros.

Conforme Queiroz (2011, p. 43) aborda, é essencial resgatar essa diversidade da população do campo de acordo a singularidade de cada local. Cada mulher, homem que habita esses locais são capazes de transformar e construir novas histórias e novas formas de vida; basta que a sociedade e as políticas públicas construam mais direitos de oportunidades.

A educação escolar do século XXI é diferente da escola do século XX. O projeto da escola, o trabalho da professora na sala de aula necessita acompanhar as metamorfoses e os avanços tecnológicos da sociedade. A escola do campo não pode ficar de fora das mudanças externas, pois essa escola também faz parte da sociedade. Contudo observamos que a maioria encontra-se excluída de inúmeros recursos tecnológicos, de novas formas de lidar com a agricultura, de lidar com a própria seca, a criação de animais dentre outros fatores. Queiroz (2011) afirma que o Desenvolvimento Sustentável deve estar presente nas escolas do campo de maneira interativa com a realidade, como a sustentabilidade econômica, a ecológica e a dimensão sócio-política

da sustentabilidade. Essas possibilidades são importantes para a população refletir os aspectos que fazem parte da natureza, da economia e da própria participação no meio social.

A educação do campo nos dias de hoje teve avanços e retrocessos. Os avanços são poucos, como o aumento dos profissionais com nível superior, a merenda dos alunos aumentou e melhorou em relação à qualidade dos alimentos, têm vários materiais didáticos e pedagógicos. Os retrocessos foram bem acentuados, principalmente por causa do crescimento urbano, da falta de investimentos para ampliar as escolas para o ensino fundamental II ou outros níveis de ensino.

A expressão educação do campo utilizada atualmente incluem todos e todas que fazem parte do contexto do campo através dos movimentos de suas conquistas na sociedade. Segundo Munarim e Locks (2012), a expressão “educação do campo” é bastante recente e sua origem veio das lutas pela terra através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que buscavam em cada acampamento novo a reforma agrária e principalmente a escola pública para as crianças. Essa expressão surgiu na década de 1990, entretanto só em 2008 aparece nos documentos oficiais, considerando uma conotação político-pedagógica para distinguir a educação rural, porém essa expressão continua reinando nas diretrizes educacionais, na LDB, nos regulamentos educacionais (MUNARIM, LOCKS, 2012).

Munarim e Locks (2012, p. 87) focam com bastante com clareza que:

O que temos presenciado, ao invés, e nossos estudos assim o demonstram, é a continuidade da precarização da educação nos contextos rurais, cuja principal solução tem sido o fechamento de escolas e o contraposto transporte dos alunos de todas as idades para que se cumpra o estatuto da escolarização obrigatória.

Para tentar desviar as responsabilidades, ou tentar amenizar os problemas na educação das escolas do campo, hoje em dia existe o êxodo dos estudantes do campo para estudar na cidade, ou seja, é um deslocamento o ano todo das crianças, adolescentes, jovens e adultos para as instituições escolares urbanas. Na maioria das vezes os transportes são precários, as viagens são longas, as estradas não têm estruturas, são perigosas. Atualmente existem projetos de transporte do governo federal para trafegar nas áreas do campo. O mais interessante é construir ou reabrir as escolas pertencentes ao campo e manter as suas crianças em seu local de origem, mas só isso

não basta: é preciso oferecer condições de qualidade para todos e todas tanto no setor do campo ou como no urbano.

Existe uma disseminação na sociedade que o campo e as pessoas são arcaicas são ultrapassadas ou “matutas”. Fazendo referências às ideias de Munarim e Locks, (2012, p. 88):

O primeiro preconceito que emerge na representação espacial do campo é a imagem do “lugar do atraso, do subdesenvolvimento”, sendo sua fase oposta, a cidade, como o “lugar do moderno, do progresso”. Esse estigma tem, entre outras, sua extremidade na imediata aprovação dos pais de alunos e no interesse deles diante do transporte escolar oferecido pelo sistema educacional público. Uma vez fechada uma determinada escola do campo, seu corolário é a oferta do transporte escolar dos alunos para a sede do município. Acessar um veículo para transporte coletivo, dirigir-se à sede do município, estudar em uma escola localizada no espaço urbano significa status, prestígio, ascendência social para muitos sujeitos sociais diante da sociedade. Há uma lógica nessa visão diante da ideologia que sustenta a superioridade hierárquica da cidade sobre o campo, inculcada pela literatura, pela indústria cultural, pelos meios de comunicação e, enfim, pela opinião pública.

As concepções arroladas pelos autores são fatos reais e que estão em evidência atualmente porque a todo instante a população de maneira geral está em busca constante de melhores condições de vida, como educação saúde e principalmente trabalho para sustentar a família. Muitos são obrigados a abandonar o campo, sua casa para sobreviver.

Quem permanece no campo enfrenta vários problemas, como a falta de água, perda das plantações causada pelas longas secas. Além desses problemas, há a dificuldade de matricular as crianças numa escola de qualidade e inclusiva, que ofereça uma educação de qualidade. Como abordam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), em um dos seus artigos, é preciso evitar o deslocamento das crianças para estudar em outros locais fora de sua comunidade, todavia não é isso que acontece na realidade. Também, em várias escolas, a Educação Infantil é misturada com a do Fundamental, causando muitas dificuldades para a professora e para as crianças pequenas.

Art. 3^a A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças. § 2^a Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Para manter as pessoas no campo a melhor forma seria investir em projetos para manter as famílias trabalhando, ampliando as escolas até o ensino médio e contratando mais profissionais para ajudar e mediar o crescimento dos alunos e alunas desses setores. Outra questão relacionada ao êxodo dos estudantes do campo para as escolas urbanas é a falta de creches para a educação infantil, escolas para o fundamental II, para o médio e demais modalidades de ensino, como o profissional, técnico ou até o superior. Existem locais que têm esses tipos de instituição ensino, porém é escasso e quando tem fica próximo dos grandes centros urbanos, acessíveis apenas a uma pequena população.

Infelizmente a população do campo não usufrui dos vários benefícios, especialmente relacionados à educação porquanto os setores urbanizados ou os mais próximos dos grandes centros são contemplados por projetos, investimentos e a criação de novos cursos. Por isso as pessoas preferem a cidade e os grandes centros, por acreditarem ser melhor, ter mais privilégios e reconhecimento por parte de sociedade. Como vivemos numa sociedade capitalista e com novas formas vida por causa das transformações provocadas pela globalização e os avanços tecnológicos, a maioria dos sujeitos prefere a cidade por acharem ser um local que tem mais oportunidades para trabalhar, estudar e morar.

Com todo o inchaço das metrópoles, surgem inúmeros problemas e desafios nesses locais, como a exacerbação da violência, das moradias inapropriadas, causando exclusão e desigualdades sociais. No geral as pessoas não refletem e não têm ideia desses problemas porque atualmente é construída uma ideologia ilusória em que as coisas da cidade são mais fáceis e melhores do que as do campo. Essas concepções equivocadas são inculcadas para a população inferiorizar as áreas do campo e conseqüentemente causar a diminuição do campo e o crescimento exagerado das áreas urbanas. A escola do campo precisa construir e refletir novas concepções acerca da importância da educação do campo e principalmente criar condições para todos e todas permanecerem nesses locais.

2.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O CAMPO E DO CAMPO

As políticas curriculares da educação do campo focam como devem ser planejadas ou organizadas a educação do campo, e que esta precisa ser estendida não só para o fundamental ou infantil, mas para outros níveis de ensino.

Art. 1ª A Educação do Campo compreende a Educação Básica, em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino, Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores, familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) trazem uma nova roupagem em relação à educação das pessoas que vivem no campo. As DCNS (2013) utilizam a expressão educação do campo para abranger todos que fazem parte desse universo. Em todos os documentos do sistema educacional brasileiro está posto o que deve ser feito e como fazer em cada nível ou modalidade de ensino, porém na prática essas leis não são cumpridas. Existem poucas escolas no contexto do campo que abrangem o Ensino Médio ou Profissional Técnico, pois o campo é quase esquecido pelos poderes públicos e pela sociedade.

A prática pedagógica na educação é fundamental, pois é através dela que organizamos e sistematizamos as ações na escola, como a elaboração de projetos de planos de aulas ou outras eventuais ações realizadas na escola. Essa ação necessita de uma boa base teórica para dar sustentação à vivência na sala de aula. É possível desenvolver a prática pedagógica democrática, inclusiva e reflexiva tanto na escola do campo como na urbana.

As escolas do campo são carentes de uma boa prática pedagógica na educação da infância porque no geral as professoras e professores se encontram sozinhos sem apoio, sem uma formação continuada, uma gestão, coordenação ou secretaria de educação para trabalhar em conjunto a fim de diminuir os problemas e desafios. Infelizmente os gestores das escolas do campo são contratados por causa das trocas de votos. Ou seja, uma grande parte que administram as escolas não conhece a realidade e não sabem como funcionam essas instituições. As DCNS (2013) também discutem a formação inicial e continuada dos profissionais da educação:

Art. 7ª § 2ª Admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento como os profissionais comprometidos com suas especificidades.

Para alguém ocupar um cargo de gestor (a) em qualquer instituição escolar, é interessante que seja um professor (a) formado, com experiência em sala de aula, que conheça a realidade de vários alunos, a singularidade e a história da população que está inserida na escola. Uma grande parte dos profissionais da educação tem uma visão reflexiva, comprometida e democrática para melhorar a educação escolar.

Os docentes do campo também são capazes de transformar e administrar as escolas de forma responsável, democrática e inclusiva, a maioria consegue alfabetizar letrando turmas multisseriadas e enfrentam vários obstáculos no trabalho, como a falta de espaço, material e de um salário digno. Como a maioria dos profissionais da educação é composta por mulheres, especialmente as do campo, estas desenvolvem práticas pedagógicas que favorecem o ensino e aprendizado dos alunos e alunas. Apesar de todas as dificuldades nas escolas e nas salas de aula, a maioria luta e consegue vencer os obstáculos do cotidiano escolar.

Infelizmente a taxa de analfabetismo no Brasil ocorre principalmente nos lugares menos desenvolvidos e mais carentes, como em setores rurais, nas comunidades de periferias e as mais afastadas dos centros urbanos. Segundo as autoras Rangel e Carmo (2011): “O analfabetismo no Brasil, que permanece mais acentuado na área rural do que na área urbana, é uma das evidências”.

Essa alta taxa do analfabetismo no campo é consequência da desigualdade e da má distribuição de recursos na educação do campo. A população desses locais muitas vezes é obrigada a abandonar os estudos para trabalhar porque a agricultura não dá subsídios e nem lucro para sustentar as famílias. Esses abandonos ocorrem por causa da seca, de falta de investimentos e dos surgimentos das máquinas modernas que custam caro e essas pessoas não têm como comprar.

A infância no campo é composta de lacunas por causa das inúmeras dificuldades já discutidas anteriormente. A maioria não consegue avançar nos estudos e nem desenvolver o senso crítico e reflexivo, porque o ensino e aprendizado são focados em realidades fora de contexto, que não favorecem a criatividade e a permanência dos sujeitos no campo. A educação, de maneira geral, é repleta de obstáculos e lacunas, que na maioria das vezes passam despercebidas ou são solucionadas ou amenizadas. Em relação à especificidade da educação da infância no campo não é diferente: infelizmente a sociedade e os poderes públicos não têm a mínima preocupação em manter a cultura e a identidade e permanência dos alunos e das famílias no contexto rural.

O trabalho desenvolvido em qualquer instituição educacional necessita visar o contexto social, econômico e cultural da população local ou escolar dos sujeitos envolvidos. Como a professora ou professor é a parte mais importante desses espaços educacionais e lidam diretamente com os alunos, precisa ter esses cuidados com a diversidade existente em todos os lugares que lidam com pessoas. Quem é de fora e não conhece como funciona a cultura, os costumes de determinado lugar, como o campo, precisa estudar, compreender e respeitar a singularidade dessas locais.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Com a finalidade de alcançar o que propomos na pesquisa, isto é, problematizar a trajetória docente de professoras que atuam na educação do campo nos anos iniciais, no sentido de entender seus dilemas, suas perspectivas e seus desafios frente às questões que norteiam o saber docente nas escolas do campo, bem como identificar como as professoras veem a educação do campo, como enfrentam as dificuldades e problemas do cotidiano escolar e qual a análise que fazem em relação as suas práticas, torna-se imprescindível neste percurso, um método de estudo, visto que através dele é possível cientificamente a obtenção dos dados e os procedimentos de análise desses dados. Neste capítulo também constam os sujeitos envolvidos e o local da pesquisa.

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Apoiamos- nos na pesquisa de abordagem qualitativa porque “tem o ambiente natural como sua fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 11). Esse tipo de pesquisa é enriquecedor para o pesquisador, visto que amplia o conhecimento e proporciona uma visão maior acerca da realidade do ambiente investigado. A aproximação e a vivência diretamente com uma pesquisa são fundamentais para a construção de novas ideias sobre qualquer tema abordado na educação, seguindo as orientações do estudo de caso.

A pesquisa qualitativa, além da construção de novos conhecimentos, possibilita ao pesquisador a interação com vários sujeitos e culturas diferentes. Na educação é essencial conhecer e vivenciar as diversas realidades das escolas brasileiras, pois cada uma apresenta características singulares e complexas. Por exemplo, as escolas do campo são diferentes das urbanas, porquanto existem indivíduos com culturas, visão de mundo, forma de trabalhar bem específicas do lugar.

Por conseguinte, a pesquisa qualitativa na educação do campo contribui de maneira reflexiva, pois permite uma maior compreensão e entendimento acerca da realidade das escolas e dos sujeitos envolvidos. Com isso diminuem as ideias equivocadas que o campo e as escolas, as pessoas são ultrapassadas, não tem cultura e nem conhecimento. Por isso esse tipo de investigação quebra preconceitos tidos como desconhecidos. O pesquisador que se preocupa em realizar um trabalho responsável e significativo precisa ter bastante atenção em cada fala, atitude dos participantes

envolvidos porque é necessário problematizar e refletir todo o objeto que faz parte dessa ação. Ludke e André (1986, p.12) mostram que:

A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Ou seja, o pesquisador precisa ter uma postura, um olhar profundo para adentrar ativamente nas histórias, nos depoimentos e indagações dos indivíduos participantes, porque a pesquisa deve fruir naturalmente sem imposição ou constrangimento por ambas as partes.

Nesse contexto, faz parte da nossa caminhada metodológica a pesquisa educacional, considerando que no contexto do campo ela se mostra fundamental, pois possibilita uma maior compreensão, conhecimento acerca da prática pedagógica da professora, do seu trabalho docente, suas dificuldades perante os desafios e problemas presentes nas escolas do campo. Segundo Gatti (2012, p.14):

A pesquisa educacional, tal como vem sendo realizada, compreende, assim, uma vasta diversidade de questões, de diferentes conotações, embora todas relacionadas complexamente ao desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Ela tem abrangido questões em perspectivas filosóficas, sociológicas, psicológicas, políticas, biológicas, administrativas etc.

As lacunas existentes na visão do pesquisador residem na dificuldade de associar a prática com teoria e de refletir e questionar a diversidade educacional das escolas, pois nos geral as pessoas têm dificuldades em construir novas ideias acerca de determinada ação ou concepção. Como Gatti (2012, p.28) aborda:

As universidades brasileiras com raras exceções, não nasceram conjugando pesquisa e ensino [...], as mesmas não foram estruturadas para incorporar a produção de conhecimento de modo sistemático [...] elas se mostraram voltadas para a reprodução de um conhecimento que elas não produziram, com o qual não trabalham investigativamente, mas que o absorveram e o transferiram.

Essas dificuldades se manifestam durante o desenvolvimento da pesquisa, pois a própria universidade deixa lacunas e não incentiva o senso investigativo nas áreas educacionais. A educação do campo é ampla e têm variadas possibilidades para se pesquisar, seja algo voltado para a formação do educador, das dificuldades que a escola

e os sujeitos envolvidos enfrentam etc. Por isso a educação do campo é rica em detalhes para indagar e refletir a sua realidade.

Quanto ao estudo de caso, compreendido como o estudo de “um caso” envolvendo uma situação problema seja na esfera educacional ou não. O estudo de caso Na visão de Ludke e André (1986, p. 18 a 20), é apresentado sob várias características:

1. Os estudos de caso visam à descoberta.
2. Os estudos de caso enfatizam a “interpretação em contexto”.
3. Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.
4. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação.
5. Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalistas.
6. Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.
7. Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

O estudo de caso possibilita ao pesquisador mais acessibilidade para pesquisar determinado problema na educação, especialmente a do campo por ser repleta de dificuldades e problemas. As pessoas que trabalham com esse tipo de educação em geral não entendem ou ofuscam os principais motivos de tantas desigualdades entre as escolas urbana e rural. Esse tipo de estudo pode favorecer a compreensão dos conflitos e das ideias errôneas que se tem da educação do campo. O estudo de caso, como os autores abordam, busca retratar a realidade de maneira profunda, ou seja, mostrar a realidade como ela é numa totalidade (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

3.2. SUJEITOS ENVOLVIDOS

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são as professoras Margarida e Dália, ambas atuam no ensino fundamental I da educação do campo, com aproximadamente 18 anos exercendo o magistério. A professora Margarida tem 35 anos, é formada em pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande PB - UFCG, com especialização em Educação Básica. Dália tem 37 anos é formada em pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú - UVA, com especialização em Educação Básica. As duas professoras

estudaram durante a sua infância em escola pública, localizada na zona rural. O trabalho como docente iniciou-se bem antes da formação em pedagogia, pois as professoras participaram de projetos realizados pela SEDUP - Serviço de Educação Popular que promove a formação para as pessoas que atuam na educação. Ambas demonstram compromisso, responsabilidades, inquietações acerca do ensino-aprendizado e preocupações com as dificuldades e problemas presentes na educação do campo. São professoras que conhecem a escola, a realidade do lugar e dos alunos, pois as duas e suas famílias pertencem a esse espaço.

3.3. LOCAL DA PESQUISA

Quanto ao local da pesquisa são duas escolas públicas, localizadas no Sítio Chã da Pia, área rural do município de Areia PB. A primeira é a E.M.E.F. Severino Teixeira de Brito Lyra, fundada em 1988, porém seu funcionamento iniciou em 1989. Possui 40 alunos matriculados, duas professoras efetivas e uma contratada. A escola têm duas salas, uma cozinha, dois banheiros, uma sala improvisada para a direção e, ao mesmo tempo, uma pequena biblioteca com quantidade insuficiente de livros e armários para guardar materiais pedagógicos. As salas são pequenas, insuficientes para os alunos, pois as turmas são multisseriadas. O pátio não é adequado para as crianças brincarem por causa das rochas, da calçada que é alta, e quando chove forma-se muito barro escorregadio, ou seja, na escola não tem acessibilidade para a dinâmica dos alunos e alunas.

A segunda escola, o Grupo escolar Pedro Honório, também pertence à mesma localidade da primeira, apresenta as mesmas semelhanças de espaço e acessibilidade, como duas salas, dois banheiros, uma cozinha, uma pequena sala para guardar materiais pedagógicos e a direção. Ela tem 52 alunos matriculados, duas professoras efetivas e uma contratada. Essa escola em 1980 tinha apenas uma sala de aula; no ano 1984 foi ampliada, ou seja, acrescentou-se uma sala que atualmente continua do mesmo jeito, só mudou de pintura e aumentou um pouco a cozinha. O pátio é bastante precário, com perigo para as crianças, devido às calçadas altas, rochas grandes e pequenas, ou seja, a sua construção deu-se num lugar totalmente inadequado, sem nenhuma condição para os alunos correrem, pularem, brincarem, ficar à vontade durante o recreio.

As escolas não têm o PPP - Projeto Político Pedagógico e ambas são administradas por apenas uma pessoa. No decorrer da pesquisa, a segunda escola foi contemplada com o programa “Mais Educação” do Ministério da Educação para induzir

a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. O programa está em funcionamento, embora de maneira precária, diante da falta de espaço, material e de pessoas com falta de formação específica para atuar nas oficinas de dança e artes. As escolas também recebem o financiamento do PDE. Essas escolas são fundamentais para o desenvolvimento do ensino-aprendizado das crianças que vivem no campo, principalmente para valorizar a cultura e a identidades de todos.

ALGUMAS FIGURAS DAS ESCOLAS

Figura 1 (arquivo pessoal Nazaré Soares de Oliveira)



(A frente da escola E.M.E.F Severino Teixeira de Brito Lyra)

Figura 2: (arquivo pessoal Nazaré Soares de Oliveira)



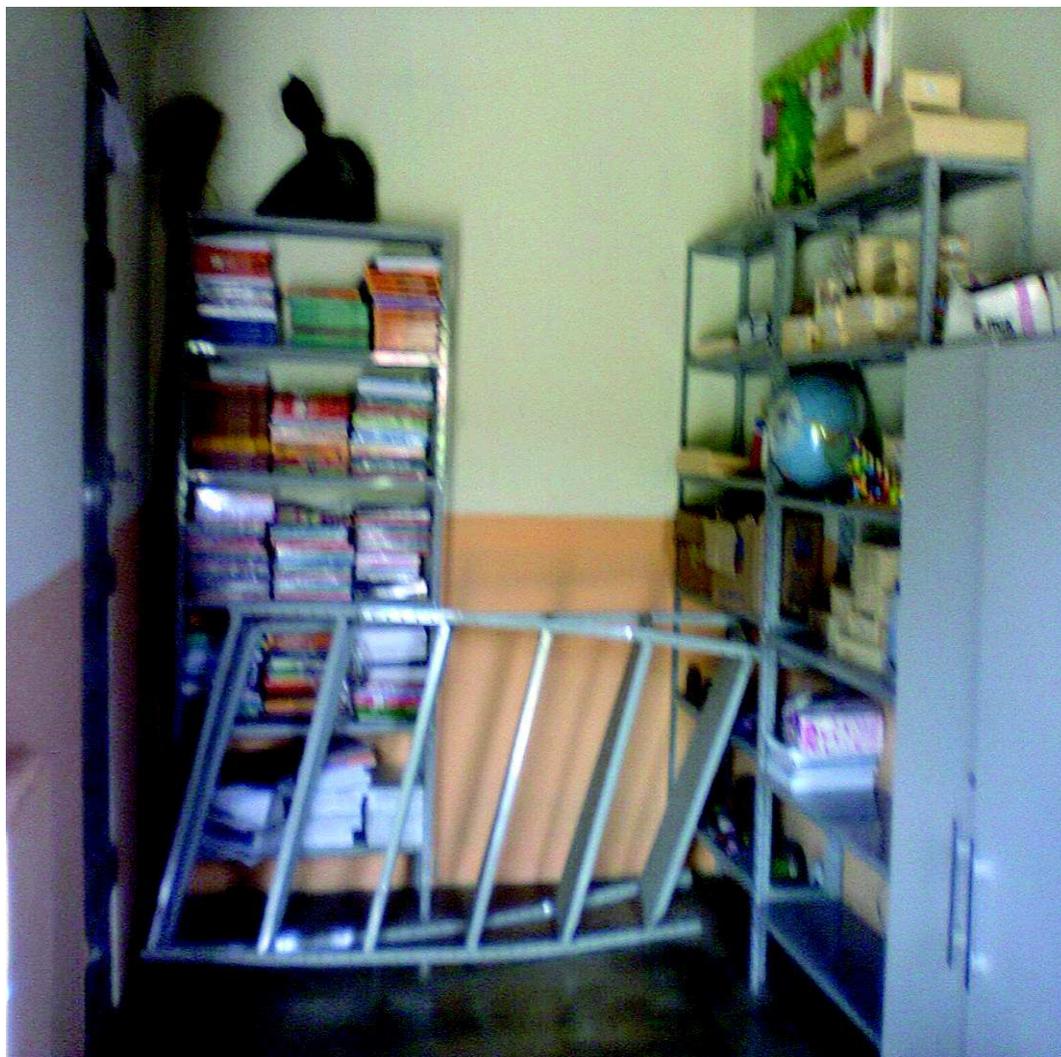
(A frente da escola E.M.E.F Severino Teixeira de Brito Lyra e a cisterna de armazenar água)

Figura 3: (arquivo pessoal Nazaré Soares de Oliveira)



(E.M.E.F. Severino Teixeira de Brito Lyra, a parte de trás da escola)

Figura 4: (arquivo pessoal Nazaré Soares de Oliveira)



(Uma pequena sala que guarda livros e alguns materiais pedagógico)

Figura 5: (arquivo pessoal Nazaré Soares de Oliveira)



(O pátio da escola, onde as crianças brincam durante o recreio)

Figura 6: (arquivo pessoal Nazaré Soares de Oliveira)



(A frente e o pátio do Grupo Escolar Pedro Honório)

Figura 7: (arquivo pessoal Nazaré Soares de Oliveira)



(O pátio do Grupo Escolar Pedro Honório)

Figura 8: (arquivo pessoal Nazaré Soares de Oliveira)



(O pátio novamente)

Figura 9: (arquivo pessoal Nazaré Soares de Oliveira)



(O lado de trás da escola)

3.4 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados são a entrevista semiestruturada e o questionário, aplicados com as duas professoras do ensino básico, mencionadas anteriormente. A escolha dessas técnicas nos favoreceu o contato com a realidade e a facilidade de compreender as falas das docentes. Através dessas técnicas é possível perceber que a pesquisa em educação é importante e ajuda o pesquisador refletir e entender acerca da realidade concreta dos sujeitos inseridos nessa ação investigativa. Buscando a contribuição da autora Oliveira (2007, p. 83):

O questionário pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre tudo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseje registrar para atender os objetivos de seu estudo.

A entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre o pesquisador (a) e entrevistado (a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando. No entanto, é preciso que o entrevistador não interfira nas respostas do entrevistado (a), limitando-se a ouvir e gravar a fala dele (a) (OLIVEIRA, 2007, P. 86).

Ou seja, essas técnicas são essenciais para o pesquisador enriquecer e ampliar a elaboração de seu trabalho de forma coerente com a realidade dos sujeitos envolvidos. Quando almejamos questionar ou pesquisar um determinado problema devemos sempre refletir cada informação mencionada pelo participante, pois as falas às vezes não condizem com a tal realidade. Tanto a entrevista como o questionário, utilizamos várias indagações semelhantes, porque o nosso objetivo é problematizar a trajetória das docentes que trabalham no campo. Tais questionários que investigamos são: Em relação à formação continuada, se contribuía na vivência em sala de aula, como a professora percebe a educação do campo, o que é ser mulher e atuar na educação do campo, os problemas identificados na educação do campo a partir da escola onde atua e os desafios e dificuldades que a profissional do campo enfrenta e etc.

3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Quanto à análise e interpretação dos dados, seguimos o que apresenta uma abordagem de cunho qualitativo, ou seja, embora sejam dois processos, conceitualmente diferentes, estão estreitamente relacionados (GIL, 2007). Assim sendo, realizamos ambas, procurando um equilíbrio, de forma que, os resultados apresentem-se reais e significativos. Logo, quando buscamos encontrar um sentido para os dados coletados, apresentamos como eles responderam ao nosso objetivo de pesquisa, momento em que consideramos como a etapa final do nosso estudo.

Por conseguinte, sem deixarmos de considerar as recomendações da pesquisa qualitativa fizemos uma avaliação do material, por nós coletado nos questionários e nas entrevistas, descrevendo-as, e ao mesmo tempo, interpretando-as, com o apoio que nos deram os estudiosos. Isto feito nos propiciou o conhecimento das opiniões das professoras.

Portanto, esta é a nossa caminhada metodológica, sem nenhuma dúvida, além de nos auxiliar na condução do estudo em pauta, nos fez acreditar na relevância dos resultados.

A pesquisa teve início em 2014, a partir do nosso contato com a professora Margarida. Primeiramente fomos até a escola, conversamos com a professora, apresentamos, explicamos a nossa proposta do projeto sobre a temática a ser pesquisada. Não houve nenhuma dificuldade em relação a nossa entrada na escola, nem para o contato com a professora. Isso se deve ao conhecimento que temos com as pessoas, os alunos e as famílias que fazem parte dessa instituição. Estudamos nessa escola durante a nossa infância, trabalhamos como monitora no ano de 2013, quando estávamos no começo do nosso curso de Licenciatura em Pedagogia.

Quanto à segunda professora, que também contribuiu de forma significativa com o nosso trabalho, é a professora Dália. Com ela o nosso contato se deu em 2015. Na escola que essa professora trabalha também não tivemos dificuldade para entrar, porque é uma instituição que fez parte da nossa vida durante a infância, e todos os funcionários nos conhecem. Antes de começar a entrevista, explicamos a proposta do trabalho e a professora aceitou contribuir através de questionário, ou seja, respondendo de maneira escrita cada pergunta. As duas educadoras foram bastante receptivas, ajudaram de maneira interativa e disponível. Apesar de todas as dificuldades que a educação do campo apresenta, as professoras têm compromisso e responsabilidade para realizar um bom trabalho.

CAPÍTULO 4 ANÁLISE DOS DADOS

DA FORMAÇÃO DOCENTE À PRÁTICA PEDAGÓGICA DA MULHER PROFESSORA

No presente capítulo apresentamos o que pensam as professoras, primeiramente, sobre a formação para trabalhar em escolas do campo, bem como a prática pedagógica voltada para a educação na infância no contexto educacional do campo. Vale ressaltarmos que os nomes Margarida e Dália, são fictícios no intuito de preservar a privacidade das professoras.

As licenciaturas são essenciais na formação docente, porém, diante das lacunas por elas deixadas por essa formação, se torna imprescindível a formação continuada, pois só assim é possível o desenvolvimento de uma prática numa perspectiva de construção e reconstrução do conhecimento. Um dos entraves da formação inicial é dar maior ênfase a teoria, deixando de levar em consideração a prática e a realidade dos sujeitos envolvidos no ensino-aprendizagem.

4.1 A FORMAÇÃO DA PROFESSORA NO CONTEXTO DO CAMPO

A formação dos profissionais da educação, especialmente os que atuam diretamente com os alunos e alunas, é refém de diversas discussões por parte de toda a sociedade, de especialistas e estudiosos que pesquisam acerca da educação. As indagações acerca da formação são vistas às vezes de maneira equivocada porque culpam apenas os professores pelo fracasso escolar, pelas dificuldades de ensino-aprendizado. Porém, deixam de considerar que por trás dessa formação estão envolvidas questões políticas, falta de investimento, de recursos e de acessibilidade para que os professores possam se dedicar ao seu crescimento profissional. No contexto do campo não é diferente, são inúmeras as dificuldades que as professoras enfrentam para realizar um bom trabalho na escola ou na vivência em sala de aula.

Às professoras, quando perguntadas sobre a importância da formação continuada, e, se contribui na sua vivência em sala de aula? Obtivemos as seguintes respostas:

Margarida. Sim é muito importante o que aprendi em todos os cursos que fiz, foi de uma grande relevância meu modo de ensinar mudou muito depois de minha formação, vi que meus alunos aprendem mais.

Dália. Deveria haver uma formação contínua, pois ajudaria bastante o fortalecimento do trabalho, uma vez que o investimento é fundamental para a consolidação de uma educação de qualidade.

De acordo com as professoras, os cursos de formação continuada são cursos que dão subsídios para melhorar o ensino-aprendizagem dos alunos e alunas e, conseqüentemente, ambas as partes usufruem de uma educação significativa. Entretanto, a maneira como são apresentados os cursos de formação continuada, fica clara as preocupações dos professores com estes cursos, entre outras, são oferecidos nos dias de descanso do professor, por exemplo os finais de semana. Desse modo, são impedidos/as de melhorar sua metodologia ou prática na sala de aula. Existem professores que acham as formações um processo desgastante, isso porque as pessoas que planejam e executam os cursos discutem algo fora de contexto bem diferente à realidade trabalhada, ou quem coordena esses cursos desconhece a convivência das pessoas do campo. Assim, fica difícil para a/o professor/a que está na formação. Sobre as políticas de formação dos educadores do campo, Arroyo (2007 p. 173) diz o seguinte:

Políticas que afirmem uma visão positiva do campo frente à visão ainda dominante do campo como forma de vida em extinção. Pensar a formação de educadoras e educadores como estratégia para reverter essa visão negativa que se tem do campo, da escola rural e dos professores rurais. Constituir um corpo de profissionais estável e qualificado pode contribuir para formar uma imagem positiva.

Daí ser necessário reverter às ideias arcaicas ou preconceituosas da educação do campo através de profissionais qualificados, conscientes, compromissados e reflexivos com a educação, capazes de construir novas formas de enxergar o campo nos seus aspectos sociais, culturais, educacionais e econômicos. As políticas não contribuem numa nova maneira de perceber a importância de manter vivo o campo, o que se vê, como o autor afirma, é a extinção cada vez mais próxima de quase tudo que faz parte do campo. Quando indagada, como você percebe a escola do campo? A professora Margarida diz:

Quem trabalha no campo se sente esquecido, e desvalorizado A educação do campo, ela é para mim mesmo, vista em segundo plano a olhos assim da Secretaria de Educação, porque ela é marginalizada, deixada à margem, muitas coisas são é, discriminada, realmente me sinto discriminada em ensinar na escola do campo, porque tudo que vem é pra escolas maiores, aquelas que são da cidade, aquelas escolas de polo[...]

Vivemos esses empecilhos acerca da educação do campo, tanto autores, como os próprios profissionais que vivem essa realidade todos os dias se assemelham nas discussões. Por mais que sejam negativas as questões educacionais do campo é preciso resistir às dificuldades, pois se cada profissional se deixar levar pela discriminação ou pela desvalorização, aumenta o problema. É claro que não é fácil, porque a construção de uma educação de qualidade envolve um conjunto de sujeitos e de projetos capazes de diminuir os problemas. Infelizmente esses profissionais são praticamente esquecidos pela secretaria de educação do seu município, principalmente porque não existe a preocupação de melhorar a educação do campo. Atualmente são criados diversos projetos nas escolas, a exemplo de um: O “Mais Educação”, implantado também nas escolas do campo, contudo, esse projeto não funciona como deveria ser, entre outras dificuldades, as escolas não têm a mínima estrutura para recebe-lo, além do mais é colocado qualquer monitor sem formação ou qualificação para trabalhar com esporte, dança, leitura entre outras.

Como relata a professora Margarida, em relação à falta de espaço e de apoio, ela se sente bastante sozinha para resolver as dificuldades existentes na escola e com seus alunos. As pessoas envolvidas nesse tipo de realidade ficam prejudicadas, pois não conseguem realizar um bom trabalho e o ensino e o aprendizado ficam prejudicados. Para qualquer sujeito aprender e ensinar de maneira significativa é preciso ter um lugar acessível e condições favoráveis para incluir todos e todas. Por mais que o profissional seja compromissado e responsável, ainda assim fica difícil desenvolver um trabalho criativo e atraente em escolas que não oferecem uma acessibilidade mínima para os educadores e alunos. Quando questionamos sobre: quais os problemas que você identifica na educação do campo a partir da escola onde atua? A professora responde de maneira preocupada:

Margarida. Vê esse espaço, não tem uma biblioteca, não tem uma sala de leitura [...] sinceramente é marginalizada [...], muitas vezes você quer trabalhar, um determinado tema, você tem que se virar nos trinta, porque tem condições de fazer um trabalho de grupo dentro da sala?

Nem espaço tem [...], eu acho insuficiente, o espaço físico, o apoio da Secretaria, tudo isso acho que influi, muito [...], o espaço não dá nem pra se locomover [...], apoio mesmo da Secretaria, acho insuficiente [...], eles acabam sendo marginalizados.

A maioria das profissionais do campo é composta por mulheres que cumprem seu trabalho com responsabilidade e dedicação, mas, infelizmente, elas não são reconhecidas como pessoas importantes e responsáveis pelo crescimento intelectual, crítico profissional de inúmeros indivíduos na sociedade. O trabalho da mulher ainda continua desvalorizado ou considerado inferior perante uma gama de ideias equivocadas e machistas dessa sociedade. As professoras Margarida e Dália discutem acerca de problemática se ser mulher e atuar numa escola do campo e perguntamos a elas: o é que ser mulher e atuar numa escola do campo?

Margarida. A mulher precisa ter mais pulso firme, pois muitas vezes o discente parece respeitar mais a figura masculina.

Dália. Para mim é um avanço, uma oportunidade para mostrar a capacidade que a mulher tem numa sociedade que de certa forma quer distorcer a força e ação feminina.

Como em todos os lugares do mundo, a figura feminina é discriminada, colocada sempre como a frágil e incapaz de realizar determinada profissão dita masculina construída pela sociedade, no campo também não é diferente: é mais evidente essa questão de separação entre o ser homem e mulher. As mulheres que vivem no campo estudam pouco, a maioria têm poucas oportunidades para crescer profissionalmente, porque várias se casam muito cedo e às vezes o esposo não o deixam estudarem. O campo não oferece condições para a mulher avançar nos estudos, as políticas para investir no trabalho da agricultura deixa a desejar. Poucas têm oportunidade de terminar o ensino básico, ingressar num curso superior, especialmente curso de licenciaturas para trabalhar como professora. Nas concepções das professoras o que é ser professora do campo?

Margarida. Ser professora do campo facilita muito, porque o aluno quando chega à escola trás consigo um conhecimento diferenciado, pode se observar que ele conhece o concreto, podendo assim relacionar seus conceitos com aquilo que já conhece. A professora do campo atua da mesma forma que na cidade, precisa ser pesquisadora, orientadora e mediadora do conhecimento.

Dália. Ser professora é contribuir com o desenvolvimento pessoal e intelectual dos discentes, visado com isso uma nação igualitária e participativa nos movimentos sociais. Educação do campo hoje

facilita o aprendizado, pois trabalha-se com elementos que envolvem o dia a dia dos discentes e os encaminham as esferas além do campo.

Atualmente ser um profissional da educação envolve muitas responsabilidades e determinações para enfrentar os dilemas e problemas do cotidiano escolar, porém é um trabalho interessante e diferente de lidar, porque os alunos e alunas do campo vivem uma realidade diferente da criança urbana, algumas já dominam conhecimentos concretos da terra, de como plantar, de fazer a colheita e etc. É com esses conhecimentos das crianças que podemos relacionar com os conteúdos escolares. É proveitoso fazer essa troca de experiência, pois isso chama a atenção dos alunos e os despertam para a criatividade. Outra questão que é essencial no ensino-aprendizado é a formação pessoal, intelectual e participativa desse sujeito na sociedade, como aborda a professora Dália.

4.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA E OS MODOS DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

Como é mencionada nos documentos oficiais, a educação do campo é diferente das demais, por isso, deve ser planejada, organizada conforme a especificidade do local e da cultura da população. A prática pedagógica precisa ter a preocupação de estudar e conhecer o contexto e a realidade das escolas do campo, principalmente se o professor ou professora for de fora. Essa ação pedagógica voltada para o campo é bem ampla, pois cada instituição, pessoas que fazem parte desses círculos são oriundos de culturas singulares, como por exemplo, os alunos de assentamentos são diferentes dos que não pertencem a esses locais.

A diversidade desses locais faz com que o profissional da educação construa variadas técnicas de ensino e aprendizado de acordo com a história, a vivência, o trabalho dos sujeitos do campo. A infância, na educação do campo, requer atenção e reflexão por parte do educador, porquanto as crianças apresentam seus conhecimentos, ideias ligadas ao seu contexto. Cabe ao educador promover e criar planos de aulas para dar mais significado aos conhecimentos dos alunos. O papel da escola é sistematizar e organizar os conhecimentos dos alunos de maneira que favoreça o seu cotidiano social.

Os empecilhos para seguir um ensino voltado à realidade dos alunos são muitos, porque falta uma boa base na formação, incentivo ou preocupação para compreender o

contexto, e falta de formação continuada para melhorar e ampliar os conhecimentos acerca do lugar onde os estudantes estão inseridos. Os autores Ferreira e Brandão (2011, p.7) discutem com riqueza que:

Os alunos oriundos das camadas economicamente menos abastadas, ao chegarem aos centros urbanos não se identificavam com a escola, a educação, seus conteúdos e finalidades, pois a diferença entre vivência, prática e o conteúdo estudado pelas escolas urbanas eram distantes de suas origens camponesas. Esta dicotomia entre a escola e os alunos conduziu muitos alunos a abandonarem as escolas.

Os indivíduos que vivem no campo quando se deparam com os costumes, as ideias e a educação urbana estranham porque é algo distante seu conhecimento. As crianças geralmente são as mais prejudicadas nessas situações de mudança de escola. Além da estranheza com os conteúdos, vem à questão da rejeição por parte dos colegas, pois para ser incluído o aluno oriundo do meio rural necessita mudar o jeito de falar, de vestir e de se comportar. Atualmente as pessoas do campo ainda continuam abandonando os estudos antes mesmo de terminar o ensino médio, isso acontece por causa da falta de incentivo, de mais oportunidades de permanência na escola. Outra situação que causa desistência é a falta de condições financeiras dos pais, pois os filhos dessas pessoas começam trabalhar muito cedo.

A família precisa lutar por uma educação que priorize o ensino-aprendizado de acordo com seu lugar, porque as famílias ainda têm uma relação de distância com as instituições educativas. As professoras pesquisadas sentem essa falta de elo entre os pais e escola. Mais uma vez indagamos quais os principais problemas, desafios e dificuldades que o profissional do campo enfrenta?

Margarida. Na escola do campo falta de apoio da família, a família joga a criança na escola, simplesmente pra se livrar e receber a bolsa escola. O aluno precisa do caderno, são horas, dias, meses para comprar o caderno [...] com o dinheiro da bolsa escola! Só que tomam conta dessas chamadas bolsas [...] e acaba minha filha o menino precisando e você vai falar, acaba não dando o apoio ao filho. Sinto muito falta do apoio da família na escola. O pai quando coloca o filho na escola [...], eles colocam pra estudar, pra se formarem, aqui eles jogam na escola e se você for conversar com eles tanto faz [...] a criança não tem o apoio dos pais, é importante o apoio da família, mas não tem [...].

Dália. Infelizmente ainda há uma distância entre escola e família, isso de certa forma dificulta um pouco o nosso trabalho, outro fator que influência é a falta de formação continuada.

As participantes abordam que os pais deveriam participar mais da vida escolar dos filhos, porém existe uma espécie de abandono por parte deles. A criança precisa de apoio tanto familiar como escolar, porque sem o incentivo fica quase impossível esse indivíduo avançar nos demais níveis de ensino. A escola também deve propor ações para trazer as famílias ao interior da escola e juntos construir uma nova realidade na educação. Existem tantas dificuldades para construir esses elos, principalmente pela falta de tempo dos pais, de projetos atraentes e etc.

As dificuldades são várias e estão presentes em todas as escolas públicas brasileiras, especialmente as de lugares afastados dos grandes centros urbanos. Buscando a contribuição das professoras participantes, questionamos quais os desafios que percebem na educação do campo a partir da prática?

Margarida. A quase 20 anos trabalho com educação e sempre [...] têm esses problemas [...] porque o professor não vai pegar apenas 5 aluno do 3^a ano, ai fica complicado, tem realmente que juntar, ai fica difícil de trabalhar, porque tem hora que o assunto é diferente, mas tem hora que pode trabalhar igual [...] é tão complicado trabalhar, é aquela história se você for responsável, se rebola e sai, mas nunca sai cem por cento, nunca vai ser cem por cento, é o sistema educacional é muito pobre [...]você ver uma turma dessa dá pra dois professores. Cada professor trabalhasse direitinho com uma turma [...] menina era um show de bola, mas você vai trabalhar com duas turmas 4^a e 5^a [...] misturada, você não dá o assunto do jeito que era pra ser dado, você acaba não explicando da forma que é elas acabam deixando de aprender muito. Isso não é culpa do professor [...].

Dália. Acredito que os desafios da escola do campo não são diferentes das demais, pois todas têm como meta contribuir com a formação de cidadãos autônomos e críticos, porém para atingir isso vem à dificuldade, que é a elaboração de métodos atraentes para uma aprendizagem significativa.

A educação do campo na perspectiva da infância é composta de várias dificuldades de ensino-aprendizado entre outras. As professoras ficam reféns desses obstáculos e não conseguem também avançar na prática, porque uma grande quantidade de alunos numa sala de aula pequena torna complexa a tarefa para a docente mediar todos, porquanto cada aluno requer um tipo específico de ensino. Outro desafio é

desenvolver uma metodologia reflexiva de como fazer e o que fazer diante de tantos problemas numa sala de aula com tantos alunos diferentes. Como a professora Dália relata, é importante construir uma formação que favoreça a autonomia e a visão crítica dos alunos. A prática da professora é importante no crescimento pessoal, social e cultural dos alunos e esta necessita de inovação para acompanhar as transformações atuais.

Na indagação feita o que é ser educadora da infância no campo? *Na visão de Dália ser educadora do campo é: “É regar uma semente que está brotando. E isso necessita de muito cuidado, pois é nessa fase que se ficarão os principais aprendizados”*. Ou seja, é na fase da infância que construímos vários conhecimentos e esses precisam atender nossas necessidades sociais. A principal função é que as escolas construam conhecimentos que sirvam para mudar a vida das pessoas. Mais uma vez a professora Margarida aborda suas dificuldades e problemas que enfrenta no seu cotidiano profissional:

Margarida. Você viu o tamanho da cozinha? Eles não podem fazer uma pesquisa, não podem usar computador [...] a mídia lá fora mostra o mundo virando, eles não tem acesso a isso [...] alguns hoje tem acesso pelo celular [...] acaba chegando neles, mas acaba não sendo o que deveria ser, dinheiro pra reforma tem [...] você acha que o município de Areia gasta esse dinheiro todo? Vai pra onde esse dinheiro todo? Você não ver nada [...] pergunta se a gente tem coordenação nessa escola? Não tem [...]! Só tem quadro, giz, alunos, não tem apoio pedagógico, o grande problema é o espaço, nem livro tem aqui, sempre foi assim, coloco uma música no quadro, um cartaz [...] mas aqui não tem uma sala de leitura, não tem uma sala adaptada para Educação Infantil [...] pior problema é o espaço a falta de estrutura não abraça as crianças. [...] Computação nunca vai chegar aqui, nem nunca vai chegar [...]. só nas escolas grandes, então as escolas pequenas ficam toda a margem, as escolas grandes recebem parquinhos, recebem sala de computação e seminários são realizados, oficinas [...] tudo nas escolas grandes. Ninguém olha pra escolas pequenas deixadas a margem [...]

Infelizmente o que está posto nas palavras da professora é real e acontece em várias escolas do campo. A dicotomia em relação ao campo e a cidade são grandes, porque os próprios investimentos são separados e distribuídos de maneira desigual. O campo sempre é esquecido e deixado por último em quase todos os projetos e avanços sociais. Como os autores Ferreira e Brandão (2011) citam em seu artigo, os governantes tiveram uma visão dualista em relação ao setor rural que é atrasado, e o avançado é a

cidade, porque o intuito era para os pequenos produtores e trabalhadores rurais mudarem para cidade. Isso atualmente acontece com a educação do campo, na visão da população, as escolas dessas comunidades são ultrapassadas enquanto as escolas da cidade são avançadas, têm mais tecnologia, mais materiais que dão subsídio ao trabalho do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho monográfico abordamos as dificuldades e os problemas que a educação do campo apresenta e os dilemas que as docentes enfrentam na sua prática por falta de uma formação continuada, de infraestrutura nas escolas, de materiais, de projetos e de apoio por parte da própria secretaria de educação do município. Além dessas dificuldades, discutimos as questões de gênero: o ser mulher e atuar na educação do campo, haja vista uma visão de inferioridade sobre o trabalho da mulher professora. A nossa intenção é que o referido trabalho favoreça o conhecimento acerca das questões educacionais do campo, no sentido de refletir como fazer durante a vivência em sala de aula de uma escola do campo, levando em consideração as histórias de vida dos sujeitos envolvidos.

Durante a pesquisa constatamos que as professoras reconhecem os problemas e as dificuldades que têm as escolas. Mesmo assim, elas trabalham com compromisso, dedicação e preocupação com o ensino-aprendizado dos alunos. Este trabalho nos possibilitou enxergar, de maneira reflexiva, o quanto a educação do campo é fundamental para valorizar a identidade e a cultura dessas pessoas. É dever de toda sociedade se preocupar com a educação e com a permanência das pessoas no campo, visto que, atualmente esses lugares estão ficando desertos, por causa da industrialização e da urbanização. Em linhas gerais, compreender como é vista ou definida a educação do campo perante a sociedade, se faz necessário e, entre outros aspectos, o de desmistificar os diversos estereótipos que a maioria da população cria sobre esses locais.

Portanto, a falta da formação do professor\ a direcionada para esse fim dificulta, consideravelmente, a formação de inúmeras crianças, jovens e adultos que vivem no campo. Certamente, a formação do professor, neste caso a formação continuada bem consolidada, contribui na vivência em sala de aula; possibilita a coletividade e um trabalho escolar, com base na reflexão, no dinamismo, nos questionamentos; busca a inovação; melhora o desempenho de toda equipe escolar e principalmente dos alunos e alunas. O objetivo da educação é a formação integral e a transformação dos sujeitos na sociedade. Assim sendo, as crianças do campo necessitam de mudança. Por que os governantes estão esquecendo, de investir nas escolas e nos profissionais do campo? Esperamos que nosso trabalho ajude de alguma forma a construir novas ideias, uma nova realidade para diminuir as desigualdades entre as pessoas e entre os lugares.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP:, v. 27, n. 72, p. 157-176, mai/agos. 2007.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1960.

CANDAU Vera Maria Ferrão. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. **Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 33-41, jan./abril. 2014.

BRASIL. **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano V. n.º. 09, jul/dez. 2011.

FREITAS, Marcos Cezar (org). **História social da infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GATTI Bernardete Angelina. **A produção da pesquisa em educação no Brasil e suas implicações**. Brasília: Editora Liber Livro, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida; PASUCH, Jaqueline. **Educação infantil no campo**. 2013. Disponível em:
http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/11432911_EducacaoInfantilCampo.pdf.
Acesso em: 05/01/2015.

BRASIL, Lei nº 12.287, 13 de julho de 2010, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. **Diário Oficial da União**, 14/07/2010, Brasília, Distrito Federal.

LUDKE Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MUNARIM Antonio, LOCKS Geraldo Augusto. Educação do campo: contexto e desafios desta política pública. **Olhar de Professor**, Paraná, v. 15, n.º. 1, p. 83-95, 2012.

NETO, Antônio Júlio de Menezes. Formação de professores para a educação do campo: projetos sociais em disputa. In: ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Aracy Alves (org). **Educação do campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

OLIVEIRA Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o PNE - PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. **Diário Oficial da União**, 26/06/2014.

QUEIROZ João Batista Pereira de. A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 14, nº. 18, p. 37-46, jan.-jun./2011.

ROSA Renata Vidica Marques da. Feminização do magistério: representações e espaço docente. **Revista Pandora Brasil**. Edição especial n. 4. 2011.

SARTI Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, ano2, p.35-50, mai-agos, 2004.

STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUSA, Taísa Resende; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; SOUSA, José Vieira de. A infância em foco: Estado, políticas públicas e educação. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 20, n 43, p. 643-663, set./dez. 2014.

VIANNA Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu** v.17-18, p.81-103, 2001/02.

APÊNDICE

Questões da pesquisa referentes à trajetória pessoal e profissional da professora

Nome:

Idade:

Profissão:

Local onde nasceu:

Qual curso é formada? Tem especialização ou mestrado qual?

Qual Universidade estudou?

Em que ano iniciou e terminou seu curso de graduação?

Quantos anos você trabalhar como docente?

Como você começou a trabalhar como docente em escola do campo?

Em que escola você estudou durante sua infância?

1. Como você percebe a educação no campo?
2. Quais os problemas que você identifica na educação do campo a partir da escola onde atua?
3. Para você o que é ser mulher e atuar numa escola campo?
4. O que é ser professora para você?
5. No geral os professores enfrentam muitos problemas, desafios e dificuldades para desenvolver um bom trabalho, para você quais os principais problemas, desafios e dificuldades que o profissional do campo enfrenta?
6. Como você ver a educação no campo hoje a partir de suas experiências como docente?
7. Quais os desafios que você percebe na educação do campo a partir de sua prática?
8. Para você, quais os desafios, você tem encontrado em ser mulher e professora no campo?
9. O que é ser educadora da infância no campo?
10. Em relação à formação continuada, esta contribui na sua vivência em sala de aula?